

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS OEIRAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA NA MODALIDADE PRESENCIAL

Oeiras - PI
Maio de 2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS OEIRAS

Paulo Henrique Gomes de Lima
REITOR

Laura Maria Andrade de Sousa
PRÓ-REITORA DE ENSINO

Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Ayrton de Sá Brandim
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Sebastião Pereira do Nascimento
DIRETOR GERAL - CAMPUS OEIRAS

**COMISSÃO GERAL DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE
REESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IFPI - 2016**

Bartholomeu Araújo Barros Filho
Conceição de Maria Lima Verde
Edenise Alves Pereira
Oridéia de Sousa Lima
Robson Alves da Silva
Teresinha Vilani Vasconcelos de Lima

Oeiras - PI
Maio de 2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS OEIRAS

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE IMPLANTAÇÃO
DO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA NO IFPI - 2002**

Adivaldo Ferreira de Almeida
Adriana Rocha Silva
Ayrton Vasconcelos Lima
Ceres Regina Oliveira Vaz
Jose Itamar Soares
Luzia Áurea Bezerra Albano
Raimundo Nonato Meneses Sobreira

**COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE LICENCIATURA EM FÍSICA DO IFPI - 2016**

Alexandro das Chagas de Sousa Nascimento
Antônio Carlos Ferreira de Abreu
Emanuel Veras de Souza
Fábio Nascimento de Sousa
Fátima Letícia da Silva Gomes
Francílio Vieira Aguiar
Francisco Diasis Vieira de Araújo
Francisco Nogueira Lima
Itamar Vieira de Sousa Júnior
José Ricardo Rodrigues Duarte

Karine dos Santos
Mércia Ribeiro de Sousa
Samara Clotildes Saraiva Rodrigues
Vilma Dias de Araújo
Wemerson José Alencar

Oeiras - PI
Maio de 2016

COMISSÃO DE READEQUAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM FÍSICA DO IFPI – 2016, CAMPUS OEIRAS

Francisco Petrônio de Oliveira Silva
Luis Carlos Barbosa de Oliveira
Elisabete da Silva Guedes
Plinia de Carvalho Bezerra
Leandro Rodrigues de Oliveira

Oeiras - PI
Maio de 2016

Sumário

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	7
7	
7	
8	
8	
2. DADOS DO CURSO	
10	
10	
11	
3. ASPECTOS LEGAIS	16
4. OBJETIVOS DO CURSO	
16	
16	
16	
5. PERFIL PROFISSIONAL	17
6. FORMAS DE INGRESSO E INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	
18	
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	19
19	
22	
27	
29	

29	
30	
33	
34	
7.7.2 - Componentes Curriculares de Instrumentação para o Ensino de 35	33
36	
36	
37	
38	
40	
40	
41	
43	
44	
8. INCLUSÃO E DIVERSIDADE NOS CURSOS DE LICENCIATURA	45
46	
47	
9. MOBILIDADE ACADÊMICA	47
10. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E ATENDIMENTO DISCENTE	
48	
10.1 - Programas Universais	50
50	
51	
52	
11. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES	
53	
12. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	54
54	
55	
13. AMBIENTES EDUCACIONAIS	56
14. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	56
15. BIBLIOTECA	61
16. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	
62	
62	
62	
17. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	
64	
REFERÊNCIAS	
64	

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 - Mantenedora

Nome da Mantenedora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI

Endereço: Avenida Presidente Jânio Quadros, 730

Bairro: Santa Isabel Cidade: Teresina Estado: Piauí

CEP: 64053-390

CNPJ: 10.806.496/0001-49

Telefone(s): (86) 3131-1400

Ato Legal: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Endereço WEB: www.ifpi.edu.br

Reitor: Paulo Henrique Gomes de Lima

1.2 - Mantida

Nome da Mantida: Campus Oeiras

Endereço: Rua Projetada s/n

Bairro: Uberaba II Cidade: Oeiras Estado: Piauí

CEP: 64500-000

CNPJ: 10.806.496/0014-63

Telefone(s): (86) 99530-3009

Ato Legal: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Endereço WEB: www.ifpi.edu.br

Diretor Geral: Sebastião Pereira do Nascimento

Diretor de Ensino: José Francisco da Silva Filho

1.3 - Missão da Instituição

A partir de suas finalidades, o IFPI tem a missão de promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais, destacando-se como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística, comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com responsabilidade econômica, social e ambiental.

1.4 - Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) possui atualmente 21 unidades, incluindo a Reitoria, distribuídas pelo Estado, sendo o campus Teresina Central a unidade mais antiga. Sua origem é datada em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices do Piauí. Em 1942, a partir da Lei Orgânica do Ensino Industrial passou a ser denominado de Escola Industrial de Teresina e, em 1967, como Escola Técnica Federal do Piauí. Em 1994, foi inaugurada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), em Floriano-PI, marcando o início da interiorização do ensino técnico. Em 1999, a escola passou a ser denominada de Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET) visando atender às demandas sociais de formação de técnicos de nível superior. Em 2007, foram implantadas as UNED de Parnaíba e Picos e, em 2009, a partir da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica do Brasil, outras seis novas unidades foram criadas: Angical, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato, Corrente e Uruçuí.

O IFPI está estruturado no tripé ensino, pesquisa, e extensão. Está comprometido com a formação de recursos humanos, especialmente nas áreas tecnológicas de nível superior e médio e de formação de professores em nível superior e de pós-graduação. Adota um modelo de gestão multicampi com o objetivo de preservar a autonomia pedagógica e administrativa em cada campus, respeitando as especificidades de cada um. A cidade de Oeiras, conhecida como capital da fé, possui aproximadamente 36 mil habitantes, sendo o setor de serviços (atividades de comércio e agrícola) a maior fonte econômica do município, destaca-se também no turismo religioso, bem como é referência no que diz respeito a sua arquitetura colonial, destacando-se ainda por ser a primeira capital do Piauí. Possui uma instituição pública voltada ao ensino superior: UESPI, uma UAB (Universidade Aberta do Brasil) vinculada à UFPI. O IFPI tem contribuição inequívoca para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico da região.

Atendendo às exigências para a formação de professores em nível superior, o IFPI implantou a partir de 2001, quando ainda era denominado de CEFET, os cursos de graduação na modalidade de Licenciatura em Física, Química, Biologia e Matemática. Tais cursos atendem hoje a uma clientela bastante diversificada oriunda do próprio IFPI, da comunidade em geral e de convênios e/ou contratos com escolas e/ou instituições de ensino que queiram licenciar e desenvolver seu corpo docente.

Desde então, o IFPI vem oferecendo regularmente estas licenciaturas em seus diversos campi.

Hoje, o IFPI/Campus Oeiras oferta, além da Educação Profissional Técnica na modalidade integrada e concomitante/subsequente, Pós-Graduações *lato sensu* e cursos na modalidade Educação a Distância (EaD); e ainda trabalha com o programa federal de educação, tal como o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego) e de iniciação científica como o PIBIC.

2. DADOS DO CURSO

2.1 - Identificação do Curso

Nome do Curso: Licenciatura em Física

Título Conferido: Licenciado em Física

Modalidade: Presencial

Autorização: Portaria DG/CEFET-PI nº 586 de 30 de setembro de 2008

Reconhecimento: Portaria DIREG/MEC nº 213 publicada no DOU de 21/05/2013

Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria DIREG/MEC nº 1095

publicada no DOU de 28/12/2015

Carga horária total: 3.520 h

Número de Vagas: 40

Turno de funcionamento: Noturno

Periodicidade da oferta: Anual

Regime de matrícula: Semestral

Tempo mínimo de Integralização: 4,5 anos (9 semestres)

Tempo máximo de Integralização: 9 anos (18 semestres)

2.2 - Justificativa do Curso

O curso de licenciatura em Física do IFPI é atualmente oferecido em quatro campi; Teresina Central, Picos, Parnaíba e Angical. O curso ofertado no Campus Oeiras funcionará na modalidade presencial no turno da noite. O curso de licenciatura em Física do IFPI/*Campus* Oeiras teve sua autorização para o seu funcionamento em 2016, através da portaria DG/CEFET-PI nº 586 de 30 de setembro de 2008. O mesmo foi reconhecido pela portaria DIREG/MEC nº 213 publicada no DOU de 21/05/2013 e obteve a renovação do reconhecimento através da Portaria DIREG/MEC nº 1095 publicada no DOU de 28/12/2015. A principal justificativa para a implantação no IFPI do curso na região, assim como acontecia no cenário nacional, foi a grande demanda de professores na área de Física para atuação na educação básica no Estado. De acordo com relatório produzido pela Comissão Especial do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB/Inep, 2007), com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2001 o Brasil necessitava de cerca de 235 mil professores para o ensino médio, particularmente em disciplinas como Física, Química, Biologia e Matemática. Na disciplina de Física, por exemplo, a carência ultrapassava 23 mil professores no país, sem levar em consideração a atuação deste profissional nos anos finais do ensino fundamental (ver quadro seguinte).

Demanda hipotética de professores no Ensino Médio, com e sem incluir o 2º ciclo do Ensino Fundamental, por disciplina, e número de licenciados entre 1990 e 2001.

Disciplina	Ensino Médio	Ensino Médio + 2º Ciclo do E.F.	Nº de Licenciados entre 1990-2001
Língua Portuguesa	47.027	142.179	52.829
Matemática	35.270	106.634	55.334
Biologia	23.514	55.231	53.294
Física	23.514	55.231	7.216
Química	23.514	55.231	13.559
Língua Estrangeira	11.757	59.333	38.410
Educação Física	11.757	59.333	76.666
Educação Artística	11.757	35.545	31.464
História	23.514	71.089	74.666
Geografia	23.514	71.089	53.509
TOTAL	235.135	710.893	456.947

Fonte: CNE/CEB/Inep, 2007.

A atualização desses dados pelo Inep, através de uma pesquisa realizada em 2015 (Inep, 2015) sobre o perfil da docência no ensino médio regular, revelou que a demanda de professores de Física aumentou entre 2001 e 2015. Observa-se que, de acordo com os dados oficiais do órgão, era de 23.514 em 2001 e passou a ser de 26.848 em 2015. Outro indicador preocupante, apontado pelo mesmo estudo em 2015, mostra que cerca de 1/4 dos docentes que atuam na educação básica não possuem formação a nível superior. O quadro da pesquisa para o levantamento das demandas de professores é mostrado a seguir.

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO REGULAR								8.312.815
NÚMERO DE TURMAS								268.480
ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	JORNADA DE TRABALHO DO DOCENTE (EM HORAS)	JORNADA DO DOCENTES EM SALA DE AULA (EM HORAS)	DURAÇÃO DA HORA-AULA (EM HORAS)	Nº DE VEZES NA SEMANA	CARGA HORÁRIA SEMANAL DA DISCIPLINA (EM HORAS)	NÚMERO DE TURMAS	DEMANDA DE DOCENTES (ESTIMADA)
LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	40,0	26,7	0,8	4	3,3	8	33.560
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	40,0	26,7	0,8	2	1,7	16	16.780
	EDUCAÇÃO FÍSICA	40,0	26,7	0,8	1	0,8	32	8.390
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	40,0	26,7	0,8	4	3,3	8	33.560
CIÊNCIAS DA NATUREZA	FÍSICA	40,0	26,7	0,8	3	2,5	10	26.848
	QUÍMICA	40,0	26,7	0,8	3	2,5	10	26.848
	BIOLOGIA	40,0	26,7	0,8	3	2,5	10	26.848
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	40,0	26,7	0,8	2	1,7	16	16.780
	GEOGRAFIA	40,0	26,7	0,8	2	1,7	16	16.780
	FILOSOFIA	40,0	26,7	0,8	2	1,7	16	16.780
	SOCIOLOGIA	40,0	26,7	0,8	2	1,7	16	16.780
PARTE DIVERSIFICADA	LÍNGUA ESTRANGEIRA	40,0	26,7	0,8	2	1,7	16	16.780
TOTAL						25,0		

Notas: 1) Situação hipotética;
 2) Para cada disciplina, foi considerado que uma aula tem uma duração de 50 min;
 3) As partes comum e diversificada foram definidas segundo a Resolução CNE nº 1 de 30 de janeiro de 2012;
 4) A lei 11.738/2008 determina, em seu artigo 2º, § 4º, que na composição de jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

Fonte: Inep, 2015.

Em um cenário mais amplo e de forma paralela, a educação no Brasil é submetida a indicadores e balizadores que servem para o melhor direcionamento das políticas públicas. Dentre os principais indicadores destacam-se os resultados trazidos pelo *Programme for International Student Assessment (PISA)* - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Este programa é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em cada país participante há uma coordenação nacional. No caso do Brasil, o PISA é coordenado pelo Inep. O quadro a seguir mostra os resultados do Brasil desde sua primeira participação no evento em 2000. Observa-se que os índices na área de Ciências são intermediários em relação às áreas de Leitura e Matemática e que houve evolução desses índices ao longo de todas as edições do programa. No entanto, a média do Brasil, considerando-se o conjunto com as três áreas de Leitura, Ciências e Matemática, fica muito abaixo da média OCDE, que é a média de todos os países participantes.

PISA - Resultados nacionais através das edições

	Pisa 2000	Pisa 2003	Pisa 2006	Pisa 2009	Pisa 2012
Leitura	396	403	393	412	410
Matemática	334	356	370	386	391
Ciências	375	390	390	405	405
Média do Brasil	368	383	384	401	402
Média OCDE	496	498	493	496	494



Ministério da Educação



Fonte: Inep, 2013.

Verifica-se, portanto, que os dados levantados pelo órgão oficial do governo expõem dois aspectos de fundamental relevância para a educação no Brasil. Por um lado revela uma carência e a falta de formação adequada de parte dos professores que atuam na educação básica, em especial na área de Ciências e no ensino médio. Por outro, revela o desafio para a melhoria dos índices educacionais do país em todas as áreas analisadas. Vale ressaltar que a complexidade de tais problemas educacionais deve envolver vários outros aspectos, no âmbito nacional e regional, em virtude da abrangência do sistema educacional brasileiro.

Além dos aspectos mencionados acima, deve-se ressaltar que a legislação sobre a formação de professores no Brasil é ampla e dinâmica, envolvendo a criação de novas diretrizes e atendimento aos requisitos legais do Conselho Nacional de Educação. Desde a implantação do Curso de Licenciatura em Física do IFPI, em 2009, e seu reconhecimento, em 2013, houve consideráveis mudanças em relação aos requisitos legais para o oferecimento e manutenção dos cursos de formação docente no país. Em agosto de 2014, a Pró-Reitoria de Ensino do IFPI promoveu o I Fórum das Licenciaturas cujo objetivo geral destacava o alinhamento dos projetos

pedagógicos de todos os seus campi e a necessidade iminente do atendimento aos requisitos legais mais atuais como, por exemplo, o atendimento às diretrizes do Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE, 2014) sobre questões de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais e de diversidade sexual. Como resultado do I Fórum das Licenciaturas do IFPI, foram criadas comissões multicampi para a elaboração e/ou reformulação dos projetos pedagógicos do IFPI à luz das novas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Dessa forma, a proposta aqui apresentada vem responder às necessidades de formação e atualização profissional de professores na área de Física, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), para atuarem na educação básica, o qual atende às exigências das atuais transformações científicas e tecnológicas, bem como às Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores definidas pelo CNE. Trata-se de uma reformulação do projeto pedagógico do Curso de Licenciatura em Física do IFPI, com a explícita intenção de integrar áreas do conhecimento voltadas à formação docente, por meio de um tratamento interdisciplinar, articulado com a práxis pedagógica e com foco na atuação do profissional na educação básica.

A articulação teórico-metodológica a que se propõe este projeto busca a superação do paradigma de ensino como reprodução fragmentada do conhecimento e mera transmissão de informações, garantindo que a educação contribua para uma formação consistente tendo em vista o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia no país, mas, sobretudo, a formação de cidadãos integrados à sociedade, conscientes dos desafios contemporâneos e críticos da ação humana no ambiente, na vida política e nas ações sociais.

Para tanto, O IFPI oferece infraestrutura que atende às necessidades para a execução das atividades propostas nesse projeto, como salas de aulas amplas e equipadas com laboratórios, recursos audiovisuais, biblioteca, auditórios e corpo docente qualificado e experiente.

O IFPI, com esta proposta, assume o compromisso do oferecimento das condições necessárias para a formação docente na área de Física, de acordo com a legislação vigente sobre a formação de professores para atuação na educação básica do país.

3. ASPECTOS LEGAIS

A organização didático-pedagógica do projeto pedagógico do curso de licenciatura em Física do IFPI tomou por base a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB), Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, observados os preceitos dos artigos 61 até 67 e do artigo 87 da Lei nº 9.394, de 1996, que dispõem sobre a formação de profissionais do magistério, e considerando o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, as Resoluções CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, CNE/CP nº 3, de 15 de junho de 2012, e as Resoluções CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, e CNE/CEB nº 2, de 25 de fevereiro de 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, bem como o Parecer CNE/CP nº 2, de 9 de junho de 2015, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação e publicado no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2015, a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, o Projeto Político-Pedagógico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1 - Geral

O curso de Licenciatura em Física do IFPI tem como objetivo principal formar professores para atuação na educação básica e suas respectivas modalidades, com sólida base científica, humanística e cultural, capazes de atuarem construtivamente no contexto educacional visando o desenvolvimento social.

4.2 - Específicos

- Apresentar a física como construção social concebida a partir da observação dos fenômenos naturais;
- Articular as diferentes áreas do conhecimento, estimulando a compreensão interdisciplinar dos fenômenos naturais;
- Oportunizar aos discentes a aquisição de conhecimentos da física de maneira didática, utilizando as linguagens adequadas;
- Abordar problemas novos e tradicionais tomando como suporte o conhecimento físico;
- Propiciar alternativas de avaliação da aprendizagem como um processo contínuo, tendo em atenção o discente como sujeito ativo, cognitivo, afetivo e social;
- Desenvolver a prática pedagógica do discente no ensino fundamental e médio (nas áreas específicas) de forma contextualizada, por meio do aprofundamento teórico dos conteúdos com as atividades didáticas, para uma aprendizagem significativa;
- Oferecer, ao longo do processo de formação, situações de aprendizagem que levem o futuro professor à vivência de situações que facilitarão a associação entre o conhecimento adquirido e a prática profissional.

5. PERFIL PROFISSIONAL

O professor de física deve ser um profissional que, subsidiado pelos conhecimentos pedagógicos, esteja apto a atuar na educação básica e suas modalidades, atento aos avanços científicos e tecnológicos, bem como às necessidades da sociedade. Nesta perspectiva, o perfil do licenciado em física o habilitará a:

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa e igualitária;
- Entender o processo histórico de produção do conhecimento das ciências referentes a conceitos, princípios e teorias;
- Estabelecer relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente;
- Utilizar os conhecimentos das Ciências para compreender e transformar o contexto sócio-político e as relações nas quais está inserida a prática profissional;
- Atuar e participar da gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhado, coordenando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
- Identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa e propositiva, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, demonstrando respeito às diferenças de natureza ambiental, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outros.

6. FORMAS DE INGRESSO E INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

O ingresso no curso superior de Licenciatura em Física deverá ser feito por meio de:

- 1- Sistema de Seleção Unificada (SiSU)
- 2- Transferência interna e externa e
- 3- Portadores de diploma de cursos de ensino superior.

Os portadores do certificado de conclusão do ensino médio, ou equivalente, devem concorrer às vagas ofertadas pelo IFPI através do SiSU. As demais

modalidades de ingresso obedecerão a editais institucionais próprios, os quais determinarão o número de vagas e os critérios de seleção (Art.31; II da Organização Didática/IFPI).

Os parâmetros de integralização curricular do curso superior de Licenciatura em Física do IFPI são: aprovação em todas as disciplinas, cumprimento das demais componentes curriculares (estágio supervisionado, práticas como componente curriculares, atividades acadêmico científico e culturais, práticas curriculares em comunidade e em sociedade) e defesa do trabalho de conclusão de curso. Ocorrendo a integralização de acordo com esses requisitos, o curso estará concluído e o aluno poderá receber o diploma correspondente.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 - Concepções e Princípios Metodológicos

A legislação que hoje orienta a formação dos docentes para atuação na educação básica está contida na Resolução Nº 2, CNE/CNP de 1º de julho de 2015 que, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a educação básica, definindo princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam.

As concepções e os princípios metodológicos que orientam as ações didático-pedagógicas neste projeto estão, fundamentalmente, baseadas em uma prática docente progressista e numa perspectiva histórico-crítica (FREIRE, 1996). Dessa forma, e observando as determinações do dispositivo legal supracitado, sua estrutura e organização curricular estão pautadas nos seguintes princípios, definidos no artigo 3º, § 5º da referida resolução:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas

sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

VII - um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

IX - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação;

X - a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização, inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica;

XI - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.

A resolução preconiza, ainda, em seu capítulo II, Art. 5º que,

A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão. (p.6)

Nesse sentido, a estrutura e organização curricular do Curso de Licenciatura em Física do IFPI foi organizada na perspectiva de conduzir seus egressos:

I - à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

II - à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

III - ao acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a educação básica;

IV - às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

V - à elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;

VI - ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes;

VII - à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

IX - à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

7.2 - Representação Curricular

A representação curricular do Curso de Licenciatura em Física do IFPI, em consonância com a Resolução Nº 2 do CNE/CNP de 1º de julho de 2015, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a educação básica (compreendendo os cursos de graduação de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), está organizada em eixos e dimensões que comportam as componentes curriculares do curso. Estas dimensões e eixos foram organizadas de forma a comporem os núcleos destacados a seguir:

Resolução Nº 2, de 1º julho de 2015. Art. 12.

Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;

II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino;

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

Para tanto, a resolução destaca ainda a carga horária mínima do curso e sua distribuição:

Resolução Nº 2, de 1º julho de 2015. Art. 13

§ 1º Os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

A esta distribuição da carga horária do curso, somam-se ainda 10% da mesma como carga horária destinada às atividades de extensão acadêmica, aqui destacadas como Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS), de forma a atender a meta 12 e a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e

projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de "grande pertinência social".

O diagrama mostrado na Figura 01 seguinte mostra a estrutura e organização aqui mencionadas. A Figura 02 mostra a distribuição das componentes curriculares do Curso de Licenciatura do IFPI por eixos, dimensões, núcleos de formação (onde tais núcleos são destacados no Art. 12 da Resolução Nº. 2, de 1º de julho de 2015) e cargas horárias de todas as atividades desenvolvidas. Nas seções seguintes serão tratadas em maiores detalhes todas as atividades que pertencem ou que integram os eixos, as dimensões e os núcleos acima mencionados (o Estágio Supervisionado - ES, as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento - ATPA e as Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade - PCCS).

Figura 01 - Diagrama para a estrutura e organização curricular do Curso de Licenciatura em Física do IFPI

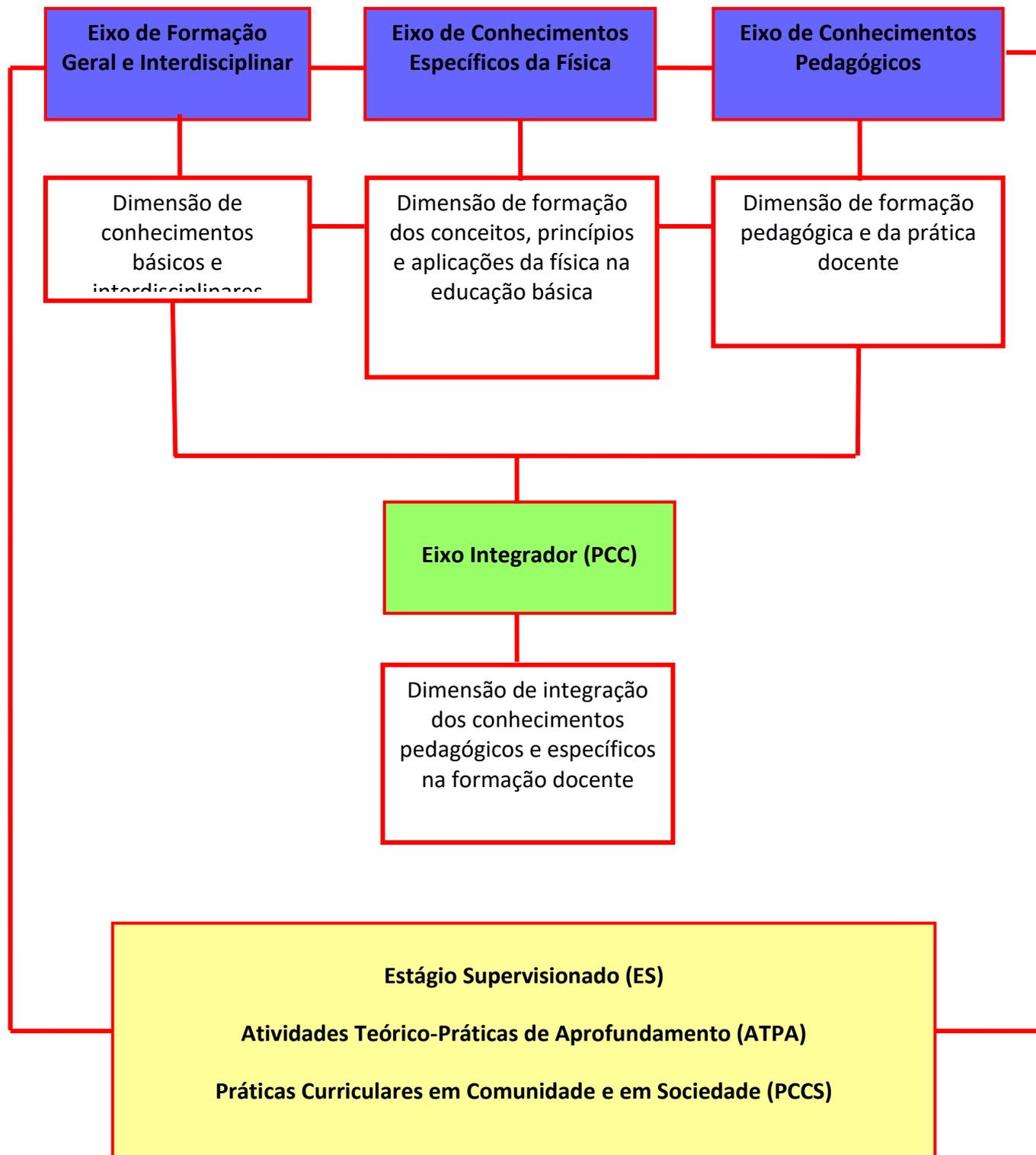


Figura 02 - Distribuição das componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Física do IFPI por eixo, dimensões e núcleos de formação

Eixo / Atividade	Dimensão	Componente Curricular (carga horária)	Núcleo	Carga Horária Total do Eixo / Atividade
1. Formação Geral e Interdisciplinar	Conhecimentos básicos e interdisciplinares	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e Produção Textual (45 h) - Metodologia Científica (30 h) - Pré-Cálculo (60 h) - Física Básica (60 h) - Inglês Instrumental (45 h) - Geometria Analítica (45 h) - Cálculo de Funções de uma Variável (60 h) - Álgebra Linear (45 h) - Cálculo de Funções de mais de uma Variável (60 h) - Cálculo Vetorial (60 h) - Equações Diferenciais Aplicadas (60 h) - Libras (60 h) - Tópicos de Química (45 h) 	I	675 h
2. Conhecimentos Específicos da Física	Formação dos conceitos, princípios e aplicações da física na educação básica	<ul style="list-style-type: none"> - Mecânica I (60 h) - Mecânica II (60 h) - Laboratório de Mecânica (30 h) - Fluidos e Ondas (60 h) - Laboratório de Fluidos e Ondas (30 h) - Eletricidade (60 h) - Termodinâmica (60 h) - Laboratório de Termodinâmica (30 h) - Eletromagnetismo (60 h) - Laboratório de Eletromagnetismo (30 h) - Eletiva 1 (30 h) - Óptica (60 h) - Física Moderna (60 h) - Laboratório de Óptica e Física Moderna (30 h) - História da Física (60 h) - Introdução a Mecânica Quântica (60 h) - Eletiva 2 (60 h) 	I, II	840 h
3. Conhecimentos Pedagógicos	Formação pedagógica e da prática docente	<ul style="list-style-type: none"> - Filosofia da Educação (60 h) - Sociologia da Educação (60 h) - Política e Organização da Educação Nacional (60 h) - Profissionalização Docente (30 h) - Gestão e Organização Escolar (45 h) - Psicologia da Educação (60 h) - Didática (60 h) - Tecnologias na Educação (45 h) - Metodologia do Ensino de Física (45 h) - Educação Especial (60 h) - Educação de Jovens e Adultos (45 h) - Educação em Direitos Humanos, Div. e Susten. (45 h) - Educação Profissional e Tecnológica (45 h) 	I, II	660 h
4. Integrador (PCC)	Integração dos conhecimentos pedagógicos e específicos na formação docente	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos Integradores I, II, III e IV (180 h) - Instrumentação para o Ensino Fund. e Médio (120 h) - TCC I e II (105 h) 	I, II, III	405 h

5. Estágio Supervisionado (ES)		- Estágio Supervisionado I, II, III e IV		400 h
6. Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA)		- Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais - AACC		220 h
7. Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS)		- Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade - PCCS		320 h
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				3.520 h

7.3 - Matriz Curricular para o Curso de Licenciatura em Física do IFPI

De forma a consolidar a organização da estrutura curricular do curso, a figura seguinte traz a matriz curricular do curso noturno. A carga horária total de 3.520h está assim distribuída: 2700h distribuídas em 9 períodos ou módulos semestrais; 280h são utilizadas para a complementação das atividades do Estágio Supervisionado (como observação e regência no ensino fundamental e médio); 220h são voltadas às ATPA e 320h são dedicadas às PCCS.

A carga horária de cada módulo é distribuída em cinco dias por semana, de segunda a sexta, de forma que cada dia letivo comporte 4h de aula.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM FÍSICA DO IFPI – MODALIDADE NOTURNO

Módulo I	Módulo II	Módulo III	Módulo IV	Módulo V	Módulo VI	Módulo VII	Módulo VIII	Módulo IX
1. Filosofia da Educação (60h) I e II	7. Sociologia da Educação (60h) I e II	13. Política e Org. da Educ. Nacional (60h/1,7) I e II	19. Gestão e Organização Educ. (45h/1,3) I e II	26. Didática (60h/1,4,19) I e II	32. Educação de Jovens e Adultos (45h/26) I e II	38. Educação Especial (60h/26) I e II	45. Óptica (60h/41) I e II	51. Educação em Dir. Humanos, Div. e Sustentabilidade (45h/38) I e II
2. Leitura e Produção Textual I (45h)	8. Profissionalização Docente (30h) I e II	14. Psicologia da Educação (60h) I e II	20. Tecnologias na Educação (45h) I e II	27. Cálculo Vetorial (60h/15) I	33. Metodologia do Ensino de Física (45h/26) I e II	39. Educação Profic. e Tecnológica (45h) I e II	46. Física Moderna (60h/41) I e II	52. História da Física (60h/46) I e II
3. Metodologia Científica (30h) I	9. Geometria Analítica (45h) I	15. Cálculo de Funções de mais de uma Variável I (60h/10) I	21. Inglês Instrumental (45h) I	28. Equações Dif. Aplicadas (60h/15) I	34. Línguas (60h) I	40. Tópicos de Química (45h) I	47. Lab. de Óptica e Física Moderna (30h/42) I e II	53. Introdução a Mecânica Quântica (60h/22,46) I e II
4. Pré Cálculo I (60h) I	10. Cálculo de Funções de uma Variável I (60h/4) I	16. Mecânica II (60h/10,11) I e II	22. Álgebra Linear (45h) I	29. Termodinâmica (60h/15,23) I e II	35. Eletricidade (60h/16,27) I e II	41. Eletromagnetismo (60h/28,35) I e II	48. Trabalho de Conc. de Curso 1 (60h/36,44) I, II e III	54. Eletiva 2 (60h/24 definiç) I e II
5. Física Básica I (60h) I	11. Mecânica I (60h/4,5) I e II	17. Lab. de Mecânica (30h/11) I e II	23. Fluidos e Ondas (60h/16) I e II	30. Lab. de Termodinâmica (30h/24) I e II	36. Inst. para o Ensino Fundamental I, II e III (60h/26) I, II e III	42. Lab. de Eletromagnetismo (30h/30,35) I e II	49. Inst. para o Ensino Médio (60h/36,44) I, II e III	55. Trabalho de Conc. de Curso 2 (45h/48,49,50) I, II e III
6. Projeto Integrador 1 (45h) I, II e III	12. Projeto Integrador 2 (45h) I, II e III	18. Projeto Integrador 3 (30h) I, II e III	24. Lab. de Fluidos e Ondas (30h/17) I e II	31. Projeto Integrador 5 (30h) I, II e III	37. Estágio Supervisionado 1 (30h/26)	43. Eletiva 1 (30h/24 definiç) I e II	50. Estágio Supervisionado 3 (30h/44)	56. Estágio Supervisionado 4 (30h/50)
			25. Projeto Integrador 4 (30h) I, II e III			44. Estágio Supervisionado 2 (30h/37)		
C/H MÓD I: 300 h	C/H MÓD II: 300 h	C/H MÓD III: 300 h	C/H MÓD IV: 300 h	C/H MÓD V: 300 h	C/H MÓD VI: 300 h	C/H MÓD VII: 300 h	C/H MÓD VIII: 300 h	C/H MÓD IX: 300 h

LEGENDA:

Código da Disciplina.
 Disciplina (carga horária / pré-requisitos)
 núcleos

TOTAIS:

C/H MÓDULOS: 2700 h
 C/H ADIC. ES: 280 h
 C/H AACG: 220 h
 C/H PCSI: 320 h
 C/H TOTAL: 3.520 h

7.4 - Programa dos Componentes Curriculares

Os detalhes de todas as ementas das componentes curriculares que formam a matriz do Curso de Licenciatura em Física do IFPI estão contidos no Apêndice A.

7.5 - Metodologia

Neste projeto pedagógico de curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados com o fim de atingir os objetivos propostos para a formação de professores, assegurando uma formação integral dos estudantes. Para o cumprimento dos objetivos aqui propostos são levadas em consideração as características específicas dos discentes, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso. Em razão disso, faz-se necessária à adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais e procedimentais, tais como:

- problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- reconhecer a tendência ao erro e à ilusão;
- entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer-se de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno;
- adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- adotar atitude interdisciplinar nas práticas educativas;
- contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a (re)construção do saber escolar;
- organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos, favorecendo a construção e reconstrução de conhecimentos diante das situações reais de vida;

- diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- elaborar materiais diversos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
- sistematizar trabalhos coletivos que possibilitem aos estudantes e professores refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa; e
- ministrar aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários integradores, debates, atividades individuais e demais atividades em grupo.

7.6 - Critérios e Procedimentos da Avaliação da Aprendizagem

Em consonância com a concepção de avaliação preconizada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9394/96, a avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Física possui um caráter formativo, contínuo e cumulativo.

Nessa perspectiva, a Organização Didática do IFPI, seguindo o que determina a referida Lei, em seu artigo 24, inciso V, dispõe que no processo avaliativo devem prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como o desempenho do aluno ao longo do período sobre os resultados de testes finais. Dessa forma, em seu Art. 53, § 1º, a referida Organização Didática determina que, além da verificação da acumulação de conhecimentos, o processo avaliativo visa diagnosticar, orientar e reorientar a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos alunos, bem como a ressignificação do trabalho pedagógico. Portanto, a sistemática de avaliação da aprendizagem adotada pelo IFPI considera as três funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem acontecerá de forma dinâmica e processual e, para isso, deverão ser utilizadas atividades e instrumentos

diversificados, tais como: observações contínuas e sistemáticas, trabalhos individuais e em grupos, elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e de intervenção na realidade escolar, seminários, provas escritas, relatórios, dentre outros.

Em relação à função somativa da avaliação, o sistema de avaliação nos cursos superiores de graduação do IFPI também está determinado na sua Organização Didática, nas seções III, IV e V:

Do Sistema de Avaliação da Educação Superior

SEÇÃO III

Art. 80 - A avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores de Graduação, ofertados na forma de módulo/disciplinas, será expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo admitida uma casa decimal.

Art. 81 - Será considerado aprovado por média em cada disciplina o aluno que obtiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrada no Diário de Classe e Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado;

Art. 82 - Caso a nota semestral seja inferior a 4,0 (quatro), o discente será considerado reprovado, sendo feito o registro no Diário de Classe e Controle Acadêmico, da condição de Reprovado por Nota;

§ 1º - Se a Média Semestral na disciplina for igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), o discente fará Exame Final; neste caso, a Média Final será calculada da seguinte forma:

Onde:

MF - Média Final;

MS - Média Semestral;

EF - Exame Final.

§ 2º - Para a aprovação, o resultado descrito no parágrafo anterior terá que ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrada no Diário de Classe e Sistema de Controle Acadêmico a situação de Aprovado após Exame Final.

§ 3º - Caso a nota semestral, após o Exame Final, seja inferior a 6,0 (seis), o discente será considerado reprovado, sendo lançada no Diário de Classe e Controle Acadêmico a situação de Reprovado por Nota;

SEÇÃO IV

Da Verificação de Aprendizagem em Segunda Chamada

Art. 83 - É direito do aluno acesso às várias formas de avaliação da aprendizagem, incluídas as de segunda chamada, desde que solicite à Coordenação de Curso/Área, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente, e mediante a apresentação dos documentos justificativos, abaixo especificados:

- a) Atestado médico comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;
- b) Declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;
- c) Declaração da Direção de Ensino do Campus, comprovando que o estudante estava representando o IFPI em atividade artística, cultural ou esportiva;
- d) Ordem judicial;
- e) Certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge.

§ 1º - A autorização para realização da verificação da aprendizagem, em segunda chamada, dependerá da análise do

requerimento, pela Coordenadoria de Curso / Área, conjuntamente com o professor da disciplina, que dispõem de 24 horas, após a notificação ao professor, para emitirem parecer relativo ao objeto do requerimento.

§ 2º - Cabe ao professor da disciplina a elaboração e a aplicação da verificação da aprendizagem em segunda chamada, no prazo máximo de 08 (oito) dias do deferimento do pedido.

SEÇÃO V

Da Revisão da Verificação da Aprendizagem

Art. 84 - O aluno que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão de provas.

§ 1º - O requerimento, fundamentando sua discordância, deverá ser dirigido à Coordenação de Curso/Área, até dois dias úteis, após o recebimento da avaliação.

§ 2º - Cabe à Coordenação de Curso/Área dar ciência ao professor da disciplina para parecer.

§ 3º - Caso o professor se negue a revisar a prova, cabe a Coordenação do Curso/Área designar uma comissão composta por professores do curso/área e representante da equipe pedagógica, para deliberação, no prazo máximo de sete dias úteis.

7.7 - Prática como Componente Curricular (PCC)

Atendendo à resolução Nº 2 do CNE, de 1º de julho de 2015, a prática como componente curricular ocorre ao longo de todo o curso, num total de 400

(quatrocentas) horas, norteando o processo de formação docente e tendo como base a interdisciplinaridade, a contextualização e a inter-relação entre teoria e prática.

As atividades caracterizadas como “práticas como componente curricular” são desenvolvidas na forma de projetos integradores, componentes curriculares de instrumentação para o Ensino de Ciências/Física (através das disciplinas Instrumentação para o Ensino Fundamental e Instrumentação para o Ensino Médio) e no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (nas disciplinas TCC 1 e TCC 2).

7.7.1 - Projetos Integradores

Os projetos integradores tem como finalidade integrar os conteúdos das disciplinas de cada semestre através da abordagem de temas interdisciplinares e contextualizados, predeterminados pelo Colegiado de Curso. Tais temas, juntamente com a escolha do coordenador do projeto integrador de cada módulo, serão definidos pelo Colegiado antes do início de cada semestre letivo. A tabela seguinte traz a relação dos projetos integradores para a matriz noturno, juntamente com as disciplinas vinculadas a cada projeto. Sempre que possível, o tema a ser explorado no segundo semestre do ano letivo segue o tema da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT). Quando isso não é possível, o Colegiado de Curso define o tema mais apropriado, levando em consideração todas as disciplinas vinculadas. O número de disciplinas vinculadas pode aumentar de acordo com a interdisciplinaridade envolvida no tema a ser definido pelo Colegiado. Dessa forma, a Tabela 01 estipula o núcleo mínimo de disciplinas vinculadas aos projetos. A metodologia adotada nos projetos integradores deve apresentar: pesquisa bibliográfica; elaboração de instrumentos de coleta de dados (questionários, formulários, roteiro de observação); aplicação dos instrumentos de coleta de dados e tabulação e análise dos dados coletados, seguindo as normas da ABNT. Ao final de cada semestre ou período letivo será apresentado o trabalho por meio dos seminários integradores, cujo objetivo é a socialização das práticas interdisciplinares e a promoção do intercâmbio de experiências entre os diferentes campos específicos, desde que respeitados os respectivos eixos temáticos de cada semestre.

Tabela 01 - Projetos integradores para o Curso de Licenciatura em Física do IFPI na modalidade presencial e noturno

Projeto Integrador	Semestre Letivo	Núcleo Mínimo de Disciplinas Vinculadas	Tema
I	1º	Filosofia da Educação, Leitura e Produção Textual e Metodologia Científica	A ser definido pelo Colegiado de Curso antes do início do semestre letivo
II	2º	Sociologia da Educação e Profissionalização Docente	A ser definido pelo Colegiado de Curso antes do início do semestre letivo (preferencialmente o tema da SNCT)
III	1º	Política e Organização da Educação Nacional e Psicologia da Educação	A ser definido pelo Colegiado de Curso antes do início do semestre letivo
IV	2º	Gestão e Organização Educacional, Tecnologias na Educação e Inglês Instrumental	A ser definido pelo Colegiado de Curso antes do início do semestre letivo (preferencialmente o tema da SNCT)
V	1º	Didática, Equações Diferenciais Aplicadas e Termodinâmica	A ser definido pelo Colegiado de Curso antes do início do semestre letivo

7.7.2 - Componentes Curriculares de Instrumentação para o Ensino de Ciências/Física

As práticas como componentes curriculares proporcionam aos discentes ao longo do curso uma relação entre teoria e prática, buscando fazer uma conexão com

o cotidiano. Isto está em conformidade com a resolução Nº 2 do CNE, de 1º de julho de 2015 em seu artigo 15, segundo parágrafo, que estabelece: “durante o processo formativo, deverá ser garantida efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência”. Nessa perspectiva, assume-se neste projeto de curso que as atividades desenvolvidas nas disciplinas de instrumentação para o Ensino de Ciências/Física no ensino fundamental e médio, ambas com caráter prático e relacionadas à formação pedagógica, cumprem tal finalidade. Ressalta-se que a Instrumentação para o Ensino de Física tem um caráter de interface entre os conteúdos específicos e pedagógicos, e que a mesma ocorre de forma articulada com outros componentes como a Didática, Metodologia do Ensino de Física e o Estágio Supervisionado. Neste espaço o discente do curso de Licenciatura em Física tem a oportunidade de conhecer diferentes instrumentos que lhe serão úteis profissionalmente.

7.7.3 - Trabalho de Conclusão de Curso

Como já mencionado, a PCC acontecerá ao longo do curso e culminará com o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmico-científica, materializada por meio de um trabalho de conclusão de curso (TCC) via monografia ou artigo. Nesse processo será colocado em prática os fundamentos da metodologia da pesquisa e do trabalho científico, proporcionando ao discente a iniciação à pesquisa científica. O desenvolvimento do TCC é realizado continuamente, sendo reforçado por momentos de orientação que são obrigatórios. Mais adiante o TCC é abordado em maiores detalhes.

7.8 - Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) em Áreas Específicas

As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) em áreas específicas são consideradas componentes curriculares dos cursos de licenciatura oferecidos pelo IFPI e constituem um conjunto de atividades previstas na Resolução Nº 017/2015 do Conselho Superior do IFPI. Para atender aos requisitos legais das

ATPA, os discentes devem realizar atividades que contemplem, pelo menos, dois dos três grupos das atividades estabelecidas abaixo:

I - Atividades de Ensino e Iniciação à Docência

- Disciplinas de graduação cursadas no mesmo período do curso vigente no IFPI;
- Participação em Programa Institucional de Monitoria Acadêmica;
- Participação em cursos de idiomas, comunicação e expressão e de informática, realizados durante o período do curso vigente.

II – Atividades de Pesquisa

- Participação em projetos de pesquisa regulamentados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IFPI;
- Participação em pesquisas na área de formação de professor, conduzidas por Instituições Públicas ou Privadas;
- Apresentação de trabalhos em eventos científicos e publicações.

III - Atividades Outras (Esportivas, Culturais, Filantrópicas, Visitas Técnicas)

- Participação voluntária na organização de eventos esportivos e/ou culturais, em Instituições Públicas ou Privadas;
- Participação voluntária em eventos filantrópicos desenvolvidos no âmbito do IFPI;
- Visitas técnicas realizadas de acordo com as diretrizes do PPC.

O registro das ATPA é semestral, não havendo limitação em relação ao número de semestres que o estudante realiza as atividades, desde que integralize as 200h até o último semestre do curso. A Resolução Nº 017/2015-CONSUP-IFPI traz todos os procedimentos e demais detalhes sobre a operacionalização das ATPA.

7.9 - Prática Curricular em Comunidade e em Sociedade (PCCS)

As Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS), estabelecidas através da Resolução Nº 016/2015 do Conselho Superior do IFPI, visam

colaborar para a formação da identidade do professor pesquisador e reflexivo, que atua mediante ações educativas integradoras e que gere maior vínculo entre o IFPI e a sociedade externa. São obrigatórias a todos os discentes do curso de Licenciatura em Física do IFPI e preveem um mínimo de 10% da carga horária total do respectivo currículo.

Essas atividades poderão ser desenvolvidas em consonância com as atividades de extensão, podendo ser executadas na forma de projetos, programas, cursos ou eventos de cunho cultural, artístico, científico e educacional ou tecnológico. O estudante poderá, ainda, participar das atividades de programas e projetos como bolsista voluntário, envolvendo-se na organização ou na execução dos cursos e eventos.

Portanto, as PCCS são diversas atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimento ou desenvolvimento de procedimento próprio, ao exercício da docência, registradas no Histórico Escolar do estudante.

Em relação ao registro das atividades, o docente-coordenador do projeto precisará apresentar um relatório técnico constituído por:

- I - Título do Projeto;
- II - Período de abrangência do Relatório;
- III - Órgãos executores;
- IV - Atividades desenvolvidas;
- V - Relação dos participantes; e
- VI - Quantidades de beneficiários.

Nesse sentido, toda a organização pedagógica e curricular favorece que o acadêmico experimente, identifique e vivencie os elementos que constituem a prática pedagógica, permitindo que as questões educacionais sejam debatidas e refletidas pelos discentes e professores. Os demais detalhes da operacionalização das PCCS podem ser conferidos na Resolução Nº 016/2015 do Conselho Superior do IFPI.

7.10 - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para obtenção do título de licenciado, regimentado pela Resolução Nº 019/2015 do Conselho Superior do IFPI. A elaboração do TCC corresponde a uma produção acadêmica que deve expressar as competências, habilidades e os conhecimentos

adquiridos pelo discente ao longo de sua formação. O mesmo deverá ser elaborado individualmente, sob a supervisão de um professor orientador pertencente ao quadro docente do curso onde o estudante está regularmente matriculado e materializado sob a forma de uma monografia ou artigo científico, em acordo com as normas da ABNT. O TCC poderá ser também desenvolvido por meio de convênios firmados com outras instituições de ensino superior, organizações e empresas públicas ou privadas, bem como, com a colaboração de pesquisadores externos ao IFPI e será dividido nas duas unidades curriculares, são elas:

TCC I: Carga horária mínima de 60 horas, destinada à fundamentação, planejamento e elaboração do projeto de pesquisa a ser desenvolvido. O projeto deverá conter parte da fundamentação teórica necessária ao desenvolvimento da pesquisa, bem como o plano de trabalho. A pesquisa a ser desenvolvida poderá abordar situações-problema vivenciadas no âmbito da educação básica, na intervenção da ciência no contexto social e no desenvolvimento científico e tecnológico.

TCC II: Carga horária mínima de 45h, destinadas ao desenvolvimento do projeto de pesquisa elaborado, preferencialmente, no TCC-I, além da produção bibliográfica e da defesa do trabalho.

O TCC deverá ser desenvolvido, preferencialmente, a partir do 6º semestre do curso com origem do projeto de pesquisa na disciplina Metodologia do Ensino de Física, com possibilidade de aplicação do mesmo durante o desenvolvimento do Estágio Supervisionado. A supervisão do TCC será realizada pelo professor-orientador escolhido pelo acadêmico, o qual deverá desenvolver seus estudos alinhados à área de concentração e linhas de pesquisa existentes no curso. A confirmação de aceite por parte do orientador deverá ser efetivada por meio da assinatura da carta de aceite de orientação (de acordo com anexos da Resolução Nº 019/2015-CONSUP-IFPI), identificando o nome do orientando e respectivo tema de trabalho. O orientando deverá entregar a carta de aceite devidamente assinada pelo orientador na coordenação do curso.

A integralização do TCC I ocorrerá mediante qualificação do projeto de pesquisa, que deverá ser avaliado pelo orientador e pelo professor responsável pela unidade curricular, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete). Já a integralização do TCC II ocorrerá mediante apresentação da produção bibliográfica (artigo ou monografia) à banca examinadora, que será composta de, no mínimo 3 (três) membros titulares e 1 (um) suplente, podendo ser, um membro externo, com titulação e conhecimento na área, e o orientador como presidente da banca. Os membros serão indicados pelo professor orientador e a lista com o nome de todos os membros da banca deverá ser encaminhada à Coordenação do Curso para anuência. Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete). Após as correções e proposições da banca examinadora, o trabalho deverá ser entregue a biblioteca para compor acervo bibliográfico da Instituição, e esta emitirá o comprovante de entrega ao aluno. Este documento deverá ser entregue à coordenação de curso para emissão do diploma. Em caso de cancelamento ou suspensão do TCC por parte do orientando ou do orientador, ou de ocorrência de mudanças eventuais no TCC, o Coordenador do Curso deverá ser notificado imediatamente, para que sejam tomadas as devidas providências.

7.11 - Estágio Curricular Supervisionado (ES)

7.11.1 - Concepção, objetivos e carga horária

O estágio supervisionado é o momento de integração entre teoria e prática durante o curso de formação de professor, além de ser um componente obrigatório da organização curricular das Licenciaturas, conforme artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9.394/96, baseado na Lei nº. 12.014/09, e regimentado pela Resolução Nº 018/2015 do Conselho Superior do IFPI. No estágio, o professor construirá suas competências e identidade profissional a partir das relações entre sua pessoa e profissão, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia, responsabilidade, decisão, e refletir a prática educativa mediante a vivência de situações didáticas de observação-reflexão-ação.

O estágio supervisionado é obrigatório e tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino-aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e

de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio. O estágio é uma etapa obrigatória dos cursos de Formação de Professores de acordo com as Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e CNE/CP nº 02/2002.

A Prática em Docência, por meio do Estágio Supervisionado Obrigatório, acontece a partir da segunda metade do curso, constitui-se de 400 horas a serem desenvolvidas através das componentes curriculares e dos processos de observação, regência e socialização das experiências.

7.11.2 - Estrutura e funcionamento do estágio

O Estágio Supervisionado Obrigatório nos cursos de Licenciatura do IFPI ocorre em contexto escolar, espaços de formação ou instituições dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, com possibilidade de atuação em instituições que ofereçam a modalidade de educação especial e EJA, desde que as atividades desenvolvidas estejam articuladas às ementas de cada etapa do estágio. Nessa perspectiva as atividades referentes ao estágio são devidamente orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos seguintes profissionais: Professor Orientador do IFPI - Área específica ou pedagógica; Professor Supervisor do IFPI - Área específica e/ou pedagógica e Professor Titular da Escola Campo.

As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo de ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorrem a oferta nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado conforme a matriz curricular para o curso noturno da seguinte forma:

- I - Estágio Supervisionado I – 100 horas - 6º semestre;
- II - Estágio Supervisionado II – 100 horas - 7º semestre;
- III - Estágio Supervisionado III - 100 horas - 8º semestre;
- IV - Estágio Supervisionado IV - 100 horas - 9º semestre.

As 100 h são assim distribuídas:

Observação (Estágios Supervisionados I e III) - 30h de orientação teórica realizada em sala de aula no IFPI + 50h de observação na escola campo + 20h de socialização no IFPI das atividades vivenciadas.

Regência (Estágios Supervisionados II e IV) - 20h de orientação teórica realizada em sala de aula no IFPI + 60h de regência na escola campo + 20h de socialização no IFPI das atividades vivenciadas.

O Estágio Supervisionado Obrigatório, em consonância com a Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, requer, no mínimo:

I - um discente regularmente matriculado no curso de Licenciatura do *Campus* e com frequência efetiva;

II - um coordenador de estágio supervisionado do quadro de docentes do *Campus*, do Núcleo Disciplinar ou Pedagógico do curso de Licenciatura;

III - um professor do componente curricular de estágio supervisionado pertencente ao quadro de docentes do *Campus*, licenciado, ou com formação ou complementação pedagógica, ou pós-graduação;

IV - uma unidade concedente, onde o estágio supervisionado obrigatório será realizado, denominada Escola Campo de Estágio;

V - um professor regente da escola campo de estágio, com formação na área de conhecimento ou área afim do curso do estagiário;

VI - celebração de termo de compromisso entre o discente, escola campo de estágio e o IFPI;

VII - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

O desenvolvimento das atividades de estágio prevê as seguintes modalidades:

Estágio Supervisionado I: desenvolvido no componente curricular Estágio Supervisionado I, com carga horária total de 100 horas/aula, corresponde às etapas de observação e de coparticipação nos anos finais do Ensino Fundamental e, ainda, organização e estruturação do instrumento avaliativo de formação profissional de um Diário de Bordo;

Estágio Supervisionado II: desenvolvido no componente curricular Estágio Supervisionado II, com carga horária total de 100 horas/aula, corresponde à etapa de

regência nos anos finais do Ensino Fundamental e, ainda, organização e estruturação do instrumento avaliativo de formação profissional de um Relato de Experiência;

Estágio Supervisionado III: desenvolvido no componente curricular Estágio Supervisionado III, com carga horária total de 100 horas/aula, corresponde às etapas de observação, coparticipação e regência no Ensino Médio e ainda, organização e estruturação do instrumento avaliativo de formação profissional de um Relatório Reflexivo;

Estágio Supervisionado IV: desenvolvido no componente curricular Estágio Supervisionado IV, com carga horária total de 100 horas/aula, corresponde à etapa de regência no Ensino Médio e organização e estruturação do instrumento de formação profissional de um Memorial de Formação.

É válido ressaltar que, ao final de cada componente curricular, ocorre a socialização das práticas pedagógicas e das vivências no estágio supervisionado.

7.11.3 - Organização do estágio

Ao discente/estagiário que comprovar atividade docente regular na Educação Básica é facultada a redução da carga horária do estágio supervisionado em no máximo, 200 horas.

Caso haja a interrupção das atividades de estágio, a complementação da carga horária do estágio pode ocorrer na mesma ou em outra instituição de ensino pública ou privada, desde que ocorra a assinatura de um novo Termo de Compromisso. O Estágio Supervisionado Obrigatório coincide com os 04 últimos módulos do curso, incluindo as prorrogações. Nos casos em que o discente/estagiário não realize o estágio supervisionado obrigatório durante o período de oferta dos demais componentes curriculares, ser-lhe-á concedido prazo para a realização do estágio, devendo o mesmo estar matriculado, com a obrigatoriedade de orientação e supervisão pelo IFPI. Os casos excepcionais serão analisados pela Coordenação de Estágio e/ou Coordenação de Curso.

Quando a Escola Campo do Estágio possuir normativa interna relativa à concessão de estágios, as cargas horárias e demais prescrições deverão ser observadas e cumpridas, desde que em acordo com a legislação em vigor, art. 10 da Lei 11.788, que preconiza as cargas horárias máximas:

I - 04 horas diárias e 20 horas semanais, no caso de estudantes de educação especial, dos anos finais do ensino fundamental e na modalidade profissional de Educação de Jovens e Adultos;

II - 06 horas diárias e 30 horas semanais, no caso de discentes de ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

7.11.4 - Avaliação do estágio supervisionado

O desenvolvimento do Estágio Supervisionado deverá se basear no seguinte direcionamento metodológico:

- I – Conhecimento do contexto escolar;
- II – Reflexão sobre a realidade escolar;
- III – Planejamento;
- IV – Coparticipação;
- V – Regência de sala de aula;
- VI – Socialização;
- VII - Avaliação.

O acompanhamento de estágio será realizado pelos Professores Supervisores / Orientadores de Estágio através de:

Reuniões periódicas com professor titular da escola campo de estágio e estagiário durante o período de estágio;

Avaliação coerente dos partícipes do Estágio Supervisionado que deverá ocorrer, no mínimo, em 02(duas) aulas durante a regência, com a presença do professor supervisor na escola campo;

Análise de relatos e outros registros parciais elaborados pelo estagiário.

A avaliação do estágio supervisionado assumirá caráter formativo durante o seu desenvolvimento e ao seu final. Para analisar o desempenho do discente estagiário será feita de forma coletiva uma socialização da experiência do estágio, levando-se em conta os seguintes itens:

- a) Ficha de Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assinada pelos professores envolvidos no processo formativo;
- b) Avaliação dos Instrumentais entregues pelo discente/estagiário: Diário de Bordo, Relato de Experiência, Relatório Reflexivo e Memorial de Formação.

O instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado será avaliado pelo: Professor Orientador com base nos seguintes aspectos:

- a) relevância acadêmico-científica na produção e apresentação, conforme normas estabelecidas no Manual de Estágio e na ABNT;
- b) capacidade criativa e inovadora demonstrada nas atividades desenvolvidas durante o estágio, e descritas no instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa.

A expedição do diploma de conclusão do curso está condicionada:

- a) ao reconhecimento do estágio realizado pela Coordenação de Estágio e/ou Coordenação de Extensão;
- b) a apresentação pelo discente/estagiário e aprovação pelo professor orientador do instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do estágio supervisionado.

8. INCLUSÃO E DIVERSIDADE NOS CURSOS DE LICENCIATURA

No que tange ao tema Inclusão e Diversidade, o professor deve respeitar e valorizar os aspectos constituintes na pluralidade social que são refletidas no âmbito educacional. Para tal, as diferenças não podem ser colocadas como empecilhos e sim como recursos que podem facilitar as relações humanas e promover transformações.

No que diz respeito à viabilização de um projeto pedagógico de curso que propõe a inclusão e diversidade, faz-se necessário fundamentar o diálogo no qual ressalta a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir as pessoas até então marginalizadas. Portanto, é fundamental a formação de educadores que promova a reflexão objetivando a sensibilização e o conhecimento da importância da participação dos sujeitos para a vida em sociedade. O projeto pedagógico, assim, cumprindo a regulamentação das políticas de inclusão (Dec. N° 5.296/2004) e da legislação relativa às questões étnico-raciais (Leis 0.639/03 e 11.645/08; Resolução CNE/CP N° 2 de 1º de julho de 2015) atende a essas demandas a partir do vínculo entre as atividades desenvolvidas em conjunto com o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), ambos instituídos e consolidados no âmbito do IFPI.

8.1 - Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

O Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), instituído pelo IFPI através da Resolução N° 045/2013 do Conselho Superior, auxilia nas ações e estudos voltados à inclusão de estudantes com dificuldades na aprendizagem relacionadas a fatores diversos, dentre eles, temos: altas habilidades, disfunções neurológicas, problemas emocionais, limitações físicas e ausência total e/ou parcial de um ou mais sentidos da audição e/ou visão.

O NAPNE tem as suas atividades voltadas, acima de tudo, para o incentivo à formação docente na perspectiva da inclusão. Seus objetivos preveem: oferecer as condições necessárias para o ingresso e permanência de alunos com necessidades específicas; propor e conduzir ações de eliminação de barreiras arquitetônicas, possibilitando o acesso a todos os espaços físicos da instituição, conforme as normas da NBR/9050; atuar junto aos colegiados dos cursos, oferecendo suporte no processo de ensino-aprendizagem dos discentes; potencializar o processo ensino-aprendizagem por meio de orientação dos recursos de novas tecnologias assistidas, inclusive mediando projetos de inovação tecnológica assistida desenvolvidos por discentes e docentes; promover e participar de estudos, discussões e debates sobre

Educação Especial; contribuir para a inserção da pessoa com deficiência nos demais níveis de ensino, no mundo do trabalho e nos demais espaços sociais; assessorar os processos seletivos para ingresso de pessoas com necessidades específicas; incentivar a implantação de conteúdo, disciplinas permanentes e/ou eletivas referentes à Educação Especial, nos cursos ofertados pelo IFPI; e promover a articulação de suas atividades e das atividades desenvolvidas nos cursos de licenciatura do IFPI com as ações de outras Instituições voltadas ao trabalho com pessoas com deficiência.

8.2 - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), instituído no IFPI através da Resolução Nº 046/2013, é um grupo de trabalho responsável por fomentar ações, de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e inovação, que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº. 10.639/2003 e 11.645/2008 e os demais instrumentos legais correlatos. O NEABI tem como finalidades: propor, fomentar e realizar ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação sobre as várias dimensões das relações étnico-raciais; sensibilizar e reunir pesquisadores, professores, técnico-administrativos, estudantes, representantes de entidades afins e demais interessados na temática das relações étnico-raciais; colaborar e promover, por meio de parcerias, ações estratégicas no âmbito da formação inicial e continuada dos profissionais do Sistema de Educação do Piauí; contribuir para a ampliação do debate e da abrangência das políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade racial e; produzir e divulgar conhecimentos sobre relações étnico-raciais junto às instituições educacionais, sociedade civil organizada e população em geral.

9. MOBILIDADE ACADÊMICA

A Resolução Nº 039/2013 do Conselho Superior do IFPI dispõe sobre as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica, nacional e internacional, de estudantes de curso de graduação do IFPI tendo em vista a autonomia didático-científica conferida às Instituições de Educação Superior pela legislação educacional

vigente, pela Organização Didática do IFPI e a necessidade de padronização de procedimentos para o aproveitamento dos discentes do IFPI que realizam a mobilidade acadêmica.

Por mobilidade acadêmica entende-se o processo pelo qual o discente desenvolve atividades em instituição de ensino distinta da que mantém vínculo acadêmico. São consideradas como atividades de mobilidade acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do discente de graduação do IFPI.

10. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E ATENDIMENTO DISCENTE

O acesso ao IFPI se dará por processo público, conforme a organização didática do IFPI (Resolução CONSUP/IFPI nº040/2010). De acordo com a Lei nº 12.711/2012, que trata do ingresso às universidades federais e às instituições de ensino superior e técnico de nível médio, serão reservadas em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas. Já no que se refere às vagas destinadas aos candidatos com deficiência, são reservadas 5% (cinco por cento) para cada curso/turno, conforme artigo 5º, § 1º, do Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

Em relação ao acesso ao ensino superior do IFPI, o mesmo se dará mediante processo seletivo público na forma de vestibular/exame nacional do ensino médio – ENEM, transferências e portadores de diplomas, desde que sejam observadas os critérios de seleção em edital para este fim, conforme Organização didática do IFPI art. 31;II.

O Instituto Federal do Piauí, com a finalidade de minimizar eventuais dificuldades de aprendizagem ou de ordem financeira dos discentes ingressantes, busca estimular a permanência dos mesmos e proporcionar a conclusão do curso em tempo hábil desenvolvendo atividades permanentes, articulando-se ensino, pesquisa e extensão por meios dos programas e projetos veiculados pela Política de Assistência Estudantil. Dentre tais políticas destacam-se: realização de ações de

acompanhamento dos alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI; identificação e minimização das lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior, promovendo mecanismos de nivelamento e oferecendo condições para aprendizagens significativas; viabilização de oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica e iniciação à docência; Acompanhamento de saúde e social realizado por uma equipe multiprofissional, como psicólogos, médicos, odontólogos e assistentes sociais.

Ressaltam-se, ainda, vários programas (como PIBIC, PIBID, PIBITI e POLAE) que, além de seus objetivos específicos, contribuem ainda para a permanência e reforçam os vínculos dos discentes com o curso.

O PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) tem por objetivos principais: a) contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa; b) contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; c) contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação; d) possibilitar o acesso e a integração do estudante à cultura científica e) contribuir para a permanência do estudante na graduação.

O PIBITI (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) tem por objetivos principais: a) contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; b) contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no país; c) contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade e d) contribuir para a permanência do estudante na graduação.

O PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) é um dos principais programas de apoio ao discente, com os seguintes objetivos principais: a) contribuir para a formação docente do aluno; b) contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa em ensino; c) proporcionar aos discente um contato direto com a realidade escolar e d) contribuir para a permanência do estudante na graduação.

Destaca-se que o ponto comum entre os objetivos de cada programa é o apoio à permanência do estudante na graduação, haja vista que o aluno, além de receber um auxílio financeiro, tem a oportunidade de iniciar sua vida acadêmica seja na

pesquisa, na tecnologia e inovação ou na docência, o que certamente serve como fonte de motivação para os discentes.

A Política de Assistência Estudantil (POLAE) do IFPI visa garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico, e tem como prioridade assistir famílias em situação de vulnerabilidade social. A POLAE tem como meta atender todos os estudantes, dividindo-se em dois programas: Programas Universais e Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social.

10.1 - Programas Universais

Os Programas Universais tem por finalidade de estimular a formação acadêmica, a produção do conhecimento, o desenvolvimento técnico-científico, a formação cultural e ética do estudante articulados com o ensino, pesquisa e extensão. Estão organizados na forma de três categorias:

a) Atendimento ao estudante: tem como objetivo atender às necessidades básicas de alimentação, saúde, acompanhamento psicossocial e pedagógico, incentivo à cultura, esporte e eventos acadêmicos.

b) Desenvolvimento técnico-científico: incentivo à produção de conhecimento técnico-científico, envolvendo a tríade ensino-pesquisa-extensão, com vistas a contribuir para a formação cultural, científica e ética dos discentes. Ações, como monitoria, pesquisa e visitas técnicas são efetivadas nesta categoria.

c) Necessidades educacionais especiais: estimulam as atividades de inclusão social de forma que proporcione ao estudante com deficiência as condições necessárias para o acompanhamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

10.2 - Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social

O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social consiste na concessão de auxílio financeiro ao estudante com dificuldade de prover as condições necessárias para a permanência e o êxito durante o percurso escolar, minimizando a evasão escolar. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004), a vulnerabilidade social é decorrente da pobreza, da privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou da fragilização de vínculos afetivos- relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). O Programa de Atendimento ao Estudante em Situação de Vulnerabilidade Social está organizado da seguinte forma:

- a) Benefício permanente: auxílio financeiro ao estudante durante seu percurso formativo, sendo a sua continuidade avaliada anualmente com base na análise socioeconômica e frequência escolar;
- b) Benefício atleta: incentivo financeiro para participação em atividades desportivas;
- c) Benefício cultura: incentivo para participação em atividades culturais;
- d) Benefício eventual: disponibiliza ao estudante condições indispensáveis ao pleno desenvolvimento acadêmico, social e de convivência estudantil, que vivencia situação temporária e emergencial de vulnerabilidade social;
- e) Benefício moradia estudantil: auxílio financeiro que assegure ao estudante migrante, informações, orientações, apoio e recursos financeiros necessários a sua permanência na Instituição, com as condições plenas para o desenvolvimento de sua formação acadêmica e seus direitos de cidadania.

10.3 - Organização Estudantil

Tendo em vista a defesa dos interesses dos estudantes, o movimento estudantil do IFPI se organiza em grêmios estudantis e no Diretório Central dos Estudantes (DCE). O grêmio estudantil é a entidade na qual os estudantes podem desempenhar atividades de natureza política, esportiva, cultural, educacional e social. Por meio do grêmio os envolvidos exercem sua cidadania e podem pleitear melhorias para o desenvolvimento satisfatório de suas atividades educacionais. O DCE é a entidade que representa todos os estudantes matriculados nos cursos de graduação do IFPI. Deve existir no campus que possua mais de quatro cursos superiores. Sua

sede organizacional e jurídica está na própria instituição, constituído como associação civil autônoma, sem filiação político-partidária, livre e independente dos órgãos públicos e governamentais. Entre suas principais finalidades estão o apoio ao desenvolvimento de atividades culturais, filantrópicas e desportivas no âmbito acadêmico.

De forma a contribuir para a realização dessas atividades, o IFPI tem destinado alguns espaços específicos (como ginásios poliesportivos, bibliotecas, pátios, quadras esportivas, auditórios, praças e lanchonetes), tanto na capital quanto no interior, nos quais são desenvolvidas as ações de cultura e lazer.

10.4 - Acompanhamento do Estudante Egresso

A Política de Acompanhamento dos Estudante Egressos do IFPI (PAEE) avalia as condições de trabalho e de renda dos profissionais, o seu campo de atuação profissional no mercado de trabalho, a avaliação de que ele faz da Instituição e do seu curso agora como egresso e as suas expectativas quanto à formação continuada. O IFPI, no que tange à PAEE, promove uma série de parcerias entre diferentes áreas profissionais, ampliando as possibilidades de realização de melhores práticas e obtenção de maiores resultados avaliando a inserção do egresso no mundo do trabalho. A política de acompanhamento do egresso visa, ainda, implementar melhorias na formação discente de forma que o mesmo possa:

- a) Reconhecer a importância da informação e da comunicação como ferramentas necessárias na atividade profissional, sabendo utilizar estes recursos de forma eficiente;
- b) Desenvolver as capacidades gerenciais necessárias à boa condução de sua carreira, vislumbrando as possibilidades mercadológicas, profissionais e empreendedoras possíveis;
- c) Demonstrar responsabilidade cidadã na prática profissional escolhida, tendo uma visão ampla de sua atuação profissional, seus direitos e deveres na sociedade;
- d) Utilizar os conhecimentos aprendidos para avaliar, diagnosticar problemas, planejar ações e implementar soluções para as diversas demandas organizacionais em sua atividade profissional;

- e) Propor soluções criativas para problemas identificados nas organizações onde possam atuar profissionalmente;
- f) Participar de comitês de pesquisa/discussão, contribuindo para o crescimento da organização onde trabalham;
- g) Atuar social e profissionalmente de forma ética e comprometida.

11. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES

O curso oportunizará o aproveitamento extraordinário de estudos e certificará conhecimentos e experiências adquiridas na educação profissional e fora do ambiente escolar mediante avaliação, possibilitando o prosseguimento ou conclusão de estudos, conforme § 2º do artigo 47 da LDB nº 9.394/96 e normatização no âmbito do IFPI, segundo a Resolução Nº 064/2014 do Conselho Superior. Todos os procedimentos para abreviação dos cursos de graduação do IFPI devem seguir as diretrizes contidas na referida resolução do CONSUP.

Poderá ser concedido o aproveitamento de estudos aos alunos que submeterem requerimento dirigido à Coordenação do Curso, acompanhado dos seguintes documentos: histórico acadêmico e a matriz curricular com os programas de disciplinas cursadas, objeto da solicitação. O período em que o aluno adquiriu o conhecimento objeto da solicitação não poderá superar o limite de 5 (cinco) anos.

A avaliação da correspondência de estudos deverá recair sobre os conteúdos que integram os programas das disciplinas apresentadas e não sobre a denominação das disciplinas cursadas. A análise do conteúdo e o respectivo aproveitamento da disciplina será efetuado apenas no caso das disciplinas cuja carga horária apresentada atinja pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista na disciplina do curso pleiteado no IFPI, assim como a ementa. A análise de equivalência entre matrizes curriculares será realizada pelo docente titular da disciplina, objeto do aproveitamento, que emitirá parecer conclusivo sobre o pleito. Caso o período em que o aluno adquiriu o conhecimento seja superior a 4 (quatro) e inferior a 5 (cinco) anos, este deverá se submeter a uma avaliação dos seus conhecimentos, na qual deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete). A realização da avaliação será acordada previamente entre o aluno e o professor titular da

disciplina. Após o parecer final dado pelo professor titular da disciplina, toda a documentação referente a esta solicitação deverá ser entregue à Coordenação, e esta providenciará um documento informativo ao Controle Acadêmico.

Com vistas ao aproveitamento de estudos, os alunos de nacionalidade estrangeira ou brasileiros com estudos no exterior deverão apresentar documentos de equivalência de estudos legalizados por via diplomática.

O aluno também poderá solicitar certificação de conhecimentos adquiridos à Coordenação de Curso por meio de requerimento relatando a experiência previamente vivenciada, inclusive fora do ambiente escolar, ou apresentando as justificativas cabíveis em caso de formando em potencial, com o intuito de alcançar a dispensa de alguma(s) disciplina(s) integrantes da matriz curricular do curso.

A solicitação da certificação será analisada pelo Colegiado de Curso, quando feito antes do início do semestre letivo em que o aluno cursará a disciplina objeto da certificação, e competirá a este o deferimento quanto à avaliação, que poderá ser teórica ou teórico-prática, e quanto ao avaliador, que poderá ser um docente ou uma banca examinadora.

Será dispensado de uma disciplina o aluno que alcançar aproveitamento igual ou superior a 70% (setenta por cento) nessa avaliação. É de competência da Coordenação de Curso encaminhar a documentação de aprovação da disciplina, juntamente com memorando e demais documentos, ao Controle Acadêmico para a realização dos devidos registros na pasta do aluno solicitante, deixando-o apto a dar continuidade do cumprimento da matriz curricular vigente.

12. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

12.1 – Auto avaliação

A avaliação do projeto pedagógico do curso é um processo dinâmico e permanente com o objetivo principal de implementar ajustes e melhorias no processo ensino-aprendizagem. Um dos principais órgãos institucionais responsável pelo

processo de auto avaliação do curso é o Núcleo Docente Estruturante (NDE), órgão consultivo e de assessoramento, vinculado ao Colegiado do Curso e constituído de um grupo de docentes que exercem liderança acadêmica, aplicada à observação e ao cumprimento do projeto pedagógico do curso. O NDE desenvolve, junto com os demais professores, atividades que visam garantir a qualidade da formação acadêmica dos discentes. Para tanto o NDE:

- (a) Identifica os motivos da evasão, abandono, repetência, retenção e utilizá-los no desenvolvimento de modificações metodológicas, visando minimizar problemas desfavoráveis à formação de um bom profissional;
- (b) Avalia a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- (c) Analisa a eficácia das formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- (d) Avalia o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
- (e) Identifica mudanças necessárias na abordagem dos conteúdos, considerando a convivência dos discentes;
- (f) Cria mecanismos para que os estudantes possam avaliar o corpo docente do curso de licenciatura.

O curso de licenciatura em Física também se submete à avaliação institucional promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) que, dentre outras incumbências, é responsável por conduzir os processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Dessa forma, tanto a CPA quanto o NDE abrangem o suporte à avaliação externa do curso no que diz respeito ao ENADE e às avaliações para fins de autorização e reconhecimento do curso.

12.2 - Avaliação Externa

A Avaliação Externa é caracterizada principalmente pelos indicadores levantados no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que integra o , e pelos relatórios de avaliação das comissões do Ministério da Educação para o reconhecimento do curso.

Diante da preocupação com os resultados obtidos no ENADE, a Pro-Reitoria de Ensino do IFPI, resolveu promover um fórum para que todos os cursos de licenciatura do IFPI pudessem socializar os resultados de suas avaliações recentes e discutir as soluções para os problemas mais recorrentes e comuns entre os cursos. Dessa ação resultou o I Fórum das Licenciaturas do IFPI, realizado em agosto de 2014 na cidade de Parnaíba-PI. A partir do Fórum, foram eleitas as comissões multicampi para o início do processo de reformulação dos projetos pedagógicos, para atendimento dos requisitos legais estipulados pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais e em observância aos indicadores destacados nos processos de avaliação interna e externa.

A reformulação da organização e da estrutura curricular do Curso de Licenciatura do IFPI aqui proposta vem, portanto, responder e corresponder à parte dos anseios da comunidade acadêmica frente aos indicadores educacionais levantados pelos órgãos internos e externos responsáveis pela avaliação do curso.

13. AMBIENTES EDUCACIONAIS

O campus Oeiras dispõe de ambientes educacionais como salas de aula, bibliotecas e laboratórios de informática.

14. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Descrição do Campus

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus* Oeiras fica localizado à Rua Projetada S/N, no bairro Uberaba II, em Oeiras-PI, CEP 64.500-000. Está situado em um terreno de 10 hectares e possui uma área construída de aproximadamente 51.159,62 m². Suas atividades são conduzidas nas áreas

administrativa e de ensino por diversos setores e departamentos, que estão disponíveis à comunidade acadêmica.

Salas de Aula

O IFPI, campus Oeiras, dispõe atualmente de 10 (dez) salas de aula com aproximadamente 56 m² e capacidade para 40 (quarenta) alunos. As salas são equipadas com ar-condicionado, quadros brancos e quadros de vidro.

Sala dos Professores

A sala dos professores é mobiliada com mesa para reuniões, armários guarda-volumes, bebedouro, 02 (dois) computadores interligados em rede e com acesso à internet e ar-condicionado possibilitando um ambiente estruturado para que os professores desenvolvam seus trabalhos com conforto e funcionalidade.

Auditório

O auditório do campus possui 170,4 m² e tem capacidade para 136 (cento e trinta e três) pessoas, possui poltronas estofadas e encosto côncavo, está sonorizado com duas caixas acústicas controladas por mesa de som com local para operador de som, projetor de multimídia interativo. O auditório é utilizado para diversos eventos organizados pelo Campus como, formaturas, seminários, palestras, colóquios, dentre outros.

Refeitório

O refeitório do Campus Oeiras tem como finalidade principal fornecer refeições balanceadas e apropriadas para os estudantes. É administrado por uma nutricionista que realiza o planejamento e a programação de cardápios, estabelece as quantidades de refeições a serem servidas diariamente e controla e registra os custos de consumo, conservação e manutenção de materiais, equipamentos e gêneros alimentícios. O refeitório possui uma área de 113,05 m², porém, ainda não se encontra em funcionamento, vez que passa por reforma e adaptação.

Laboratório de Química

O Campus Oeiras conta com 1 (um) laboratório de química, ocupando uma área total de 64 m² e capacidade máxima para 40 alunos.

O laboratório conta com dois armários que possuem um razoável estoque de vidrarias diversas (Tubos de ensaio, Béquer, Proveta, Bureta, Erlenmeyer, Funil de vidro, Funil de Decantação, Condensadores, Balão de Destilação, Pipetas Volumétricas e Graduadas, Balão Volumétrico, Bastão de vidro) destinadas às aulas práticas. Conta também com materiais diversos como Termômetros, Densímetros, Pêras, Rolhas Perfuradas, Eletrodos de Cobre, Condutivímetros, Multímetros, Pequinoômetro, Estante para Tubos, Capsulas de Porcelana, Almofariz com Pistilo, Vidros de Relógio, Tripés, Suportes Universais, Bicos de Bunsen, picetas e mangueiras. O laboratório também conta com chuveiro e lava-olhos de emergência (**a ser Instalado**). Dispõe de uma balança semi-analítica, uma centrífuga, um destilador de água (**a ser instalado**), um agitador magnético com função aquecimento, duas mantas de aquecimento, dois conjuntos de modelos atômicos, um simulador de efeito cinético dos gases, uma interface para adaptação em sistema com sensor de pressão.

Laboratório de Biologia

O Laboratório de Biologia apresenta área total de 64 m². O laboratório atende a capacidade máxima de 40 alunos da disciplina curricular Biologia Básica. O laboratório possui armários, mesa de reunião e ar-condicionado. Está equipado com berçário de mudas, conjunto malefícios do cigarro, conjunto para biologia geral, gabinete, estojo cirúrgico vegetal e animal, sistema multifuncional de aquisição de imagens, balança de precisão, centrífuga, microscópios, capela, estereomicroscopios, cubas para eletroforese, vortex, termociclador e vidrarias diversas para rotinas de laboratório.

Laboratórios de Física

O Campus Oeiras possui 1 (um) laboratório de Física, que atende a unidade curricular Física Básica. Possuem área total de 64 m² e capacidade máxima para 40 alunos. O laboratório está equipado com kits experimentais que possibilitam atividades práticas nas áreas de Mecânica, Fluidos, Ondas, Termodinâmica, Eletricidade, Eletromagnetismo, Óptica e Física Moderna.

Laboratórios de Informática

O campus conta com 02 (dois) laboratórios de informática para atender as disciplinas na área de computação e demais disciplinas que requerem a utilização de programas específicos para cálculo, desenho e projetos, ficando à disposição, também, a apresentação de material didático e aos alunos de química. Cada laboratório possui área total de 64 m² e capacidade para 30 alunos. O laboratório 1 é equipado com 20 (vinte) computadores e o laboratório 2 com 30 (trinta) computadores ambos com acesso à internet e rede local, projetor de multimídia, quadro branco e ar condicionado.

Quadra Poliesportiva e Academia

O campus Oeiras conta com uma quadra poliesportiva coberta e iluminada, destinada às práticas de educação física do Ensino Técnico integrado ao médio, como também para atividades físicas de docentes e alunos das outras modalidades de educação presentes no campus. O campus possui profissional de educação física responsável por conduzir as atividades em práticas curriculares e também referentes à projetos de extensão envolvendo a sociedade oeirense.

Setor Médico

O Campus Oeiras possui uma equipe multidisciplinar qualificada que cuida da saúde física e mental dos estudantes. A equipe de saúde é composta por uma enfermeira, uma técnica em enfermagem, uma psicóloga, uma assistente social, uma dentista e uma técnica em saúde bucal.

Acessibilidade para Pessoas com Deficiências

O Campus de Oeiras desempenha suas atividades em consonância com a legislação nacional que dispõe sobre acessibilidade nas escolas e instituições públicas. As vias de acesso, calçadas, corredores, banheiros, bebedouros e salas de aula são acessíveis aos portadores de deficiências físicas. A equipe pedagógica do Campus possui metodologia de acompanhamento de alunos com necessidades especiais, permitindo seu acesso ao processo de ensino.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

Os recursos de TICs do Campus de Oeiras são destinados às áreas Administrativas e de Ensino, contribuindo para a eficiência dos processos de apoio e finalísticos da instituição. A Tabela 2 abaixo retrata os diversos tipos de TIC utilizados pelo *Campus*.

Tabela 2: Tipos de tecnologias de informação e comunicação utilizados pelo Campus

Descrição	Aplicação	Quantidade
Cabeamento Estruturado	Atividades administrativas e de ensino permitindo eficiente conexão entre os computadores e servidores que assistem o Campus.	372 pontos
Sistema VOIP (terminais telefônicos)	Comunicação de voz interna e externa do campus via rede de internet	05
Internet Banda Larga	Atividades administrativas e de ensino permitindo eficiente conexão de internet aos usuários dos diversos sistemas que assistem o Campus.	104 Mb
Cobertura Wi-Fi	Atividades administrativas e de ensino permitindo mobilidade e eficiência na conexão de internet aos usuários dos diversos sistemas que assistem o Campus	51.159,62 m ²
Kit Projetor Multimídia com Lousa Eletrônica	Utilizado no processo de ensino	03
Kit Projetor Multimídia comum	Utilizado no processo de ensino	08
Sistema Q-Acadêmico	Sistema voltado para o planejamento, coordenação e controle das atividades de ensino	01
Sistema SUAPE	Sistema voltado para as atividades administrativas	01 ^P
Sistema Pergamus (Biblioteca on-line)	Sistema voltado para a consulta e controle do acervo bibliográfico do Campus	01

Estacionamento, Área de Lazer e Circulação

A área do Campus possui estacionamento amplo, com capacidade para atender as necessidades dos técnicos, docentes e alunos. Possui também uma área de lazer e circulação arejada, com corredores sinalizados e áreas de convivência e jardins.

Meios de Transporte

O Campus de Oeiras conta com 03 (três) veículos utilizados nas atividades administrativas e de ensino, quais sejam, 01 (um) micro-ônibus com capacidade para 30 pessoas, 01 (um) ônibus com capacidade para 48 pessoas e um veículo de passeio oficial, ambos são usados para o transporte de alunos e servidores em visitas técnicas, congressos, eventos educacionais, transporte intramunicipal e intermunicipal, dentre outras atividades.

15. BIBLIOTECA

A Biblioteca do IFPI Campus Oeiras é utilizada para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFPI mediante a disponibilização de seu acervo para consulta local e em computadores com acesso à internet. A biblioteca do campus possui um espaço de 194,4 m² e conta com um acervo de 252 títulos e 1.358 exemplares. Está equipada com 04 (quatro) aparelhos de ar condicionado, 01 Armário com capacidade para 24 guarda-volumes com chave, 04 Mesas para estudo com 04 cadeiras cada (16 cadeiras) e 02 computadores para pesquisa com acesso à internet.

Os alunos e os professores do IFPI também tem acesso o Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Portal de Periódicos da CAPES é uma das maiores bibliotecas virtuais do mundo, reunindo conteúdo científico de alto nível disponível à comunidade acadêmico-científica brasileira. No Portal da CAPES os alunos podem ter acesso aos textos completos de artigos selecionados de milhares de revistas internacionais e nacionais, e mais de uma

centena de bases de dados com resumos de documentos nas áreas específicas relacionadas ao Curso de Licenciatura em Física. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários do IFPI. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à internet localizado na Instituição e fora da instituição via *proxy*.

16. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

16.1 - Pessoal Docente

A Tabela 3 seguinte lista os docentes com atuação regular no Curso de Licenciatura em Física do IFPI - Campus Oeiras.

Tabela 3 – Corpo Docente do Curso de Licenciatura em Física

DOCENTES	TITULAÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO
Alexandre Carreira da Cruz Sousa	Mestrado	Licenciado em Química
Antônio Nilson Camelo	Mestrado	Licenciada em Filosofia
Cristiana Barbosa Nunes	Especialista	Licenciado em Letras Inglês
Francisco Petrônio de Oliveira e Silva	Mestrado	Bacharelado em Física
Jeovan Lira dos Santos	Especialista	Licenciado em Matemática
Luis Carlos Barbosa de Oliveira	Especialista	Licenciado em Matemática
Marcelino de oliveira Fonteles	Mestrado	Licenciatura em Sociologia
Nathália Maria Lopes Dias	Mestrado	Licenciada em Letras Português

16.2 - Pessoal Técnico-Administrativo

A Tabela 4 seguinte lista os Técnicos Administrativos em Educação – TAEs o Campus Oeiras.

Tabela 4 - Técnicos Administrativos em Educação do Campus Oeiras

Técnico- Administrativo	Cargo/Função	Regime
Arimatea Silvestre da Rocha	Assistente de Alunos	40h
Bernadete Vieira da Silva	Contadora	40h
Déborah Lima de Carvalho	Psicóloga	40h
Denizete Lima de Mesquita	Bibliotecária	40h
Elaine Carininy Lopes da Costa	Enfermeira	40h
Elizabete da Silva Guedes	Assistente de Alunos	40h
Francilene Rodrigues de Oliveira	Técnica de Laboratório/Saúde Bucal	40h
Francisco Daniel Pereira da Silva	Técnico em Eletrotécnica	40h
Isaias Avelino de Oliveira	Técnico em Audiovisual	40h
Jacyara Coroline da Costa Osório	Técnico em Assuntos Educacionais	40h
João Paulo Lira Martins	Administrador	40h
José Francisco da Silva Filho	Pedagogo	40h
José Tarcisio Rego Cardoso	Assistente de Alunos	40h
Lorena Bastos Nogueira da Rocha	Odontóloga	40h
Luiza de Fátima Paula Gomes	Assistente Social	40h
Margarete de Almeida Borges de Freitas	Nutricionista	40h
Marlange Ferreira Marques	Assistente em Administração	40h
Paulo Roberto Almeida de Medeiros	Assistente em Administração	40h
Plinia de Carvalho Bezerra	Técnico em Assuntos Educacionais	40h
Railma Rodrigues dos Santos	Técnico em Enfermagem	40h
Rônio Rodrigues Miranda Barros	Auxiliar em Administração	40h
Samylla de Moura Feitosa	Auxiliar de Biblioteca	40h

Wanessa Campos Mesquita	Auxiliar em Administração	40h
Yuri Santiago Teixeira Aires Santos	Assistente em Administração	40h
Victor da Silva Almeida	Assistente de Laboratório	40h

17. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

É conferido ao concludente o título de **Licenciado em Física** após a integralização da matriz curricular do Curso de Licenciatura em Física, do cumprimento da carga horária das PCC, do Estágio Supervisionado, das ATPA, das PCCS, da produção e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em sessão pública, e da colação de grau. O concludente, ao cumprir os critérios supracitados, poderá solicitar seu diploma junto à Coordenação de Controle Acadêmico do Campus.

O Certificado de Conclusão, que é o documento que certifica a integralização da carga horária das disciplinas do curso e das exigências cumpridas para a diplomação, poderá ser emitido enquanto se aguarda a expedição e registro do diploma. O mesmo é solicitado também junto à Coordenação de Controle Acadêmico do Campus.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília/DF: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília/DF: 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BRASIL. **Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília/DF: 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF: 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília/DF: 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

BRASIL. Parecer CNE/CES 1.304/2001. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Física, Bacharelado e Licenciatura. Brasília/DF: 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1304.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013. Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Brasília/DF: 2013. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/public/arquivos/legislacoes/Port-1224-2013-12-18.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília/DF: 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 08 jul. 2015.

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

BRASIL. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília/DF: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 jul. 2015.

CONSELHO DIRETOR/CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PIAUÍ. Resolução nº 08/CD/ CEFET-PI, de 25 de outubro de 2006. Institui os Colegiados de Cursos Superiores do CEFET-PI, Tecnologias e Licenciaturas. Teresina/PI: 2006.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 040/2010**. Aprova a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Teresina/PI: 2010. Disponível em: <<http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/6/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20040.2010%20-%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Did%C3%A1tica.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 039/2013**. Dispõe sobre as Normas e Procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, Nacional e Internacional, de estudantes de Cursos de Graduação do IFPI e dá outras providências. Teresina/PI: 2013. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/9/resolu%C3%A7ao_consul_0392013.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 034/2014**. Aprova a Política de Acompanhamento do Aluno Egresso - PAEE, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Teresina/PI: 2014. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/10/resolu%C3%A7%C3%A3o_consul_0342014.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 017/2015**. Regulamenta o desenvolvimento das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento em áreas específicas de interesse do estudante dos cursos de licenciatura do IFPI. Teresina/PI: 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 016/2015**. Regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS) - nos currículos dos cursos de graduação do IFPI. Teresina/PI: 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 019/2015**. Regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de licenciatura do IFPI. Teresina/PI: 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 062/2014**. Aprova o Regulamento de participação dos professores e discentes em visitas técnicas de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural do IFPI. Teresina/PI: 2014. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/10/resolu%C3%A7%C3%A3o_consul_0622014.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 004/2011**. Institui os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos cursos de Graduação - Bacharelado, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia do Instituto Federal do Piauí (IFPI). Teresina/PI: 2011. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/7/resolu%C3%A7ao_consul_042011.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 035/2013**. Altera o artigo 4º- CONSELHO SUPERIOR, que institui os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de Graduação - Bacharelado, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologias do Instituto Federal do Piauí. Teresina/PI: 2013. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/9/resolu%C3%A7ao_consul_0352013.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 059/2014**. Aprova o Regulamento Interno da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí e Revoga a Resolução n° 23, de 28 de junho de 2010. Teresina/PI: 2014. Disponível em: <<http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2059%20REGULAMENTO%20CPA.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 004/2015**. Aprova a Política da Diversidade e Inclusão para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2015. Disponível em: <<http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/16/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20004.2015-Regulamento%20Pol%C3%ADtica%20Diversidade%20e%20Inclus.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 45/2013**. Institui o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI. Teresina/PI: 2013. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/9/resolu%C3%A7ao_consul_0452013.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 035/2014**. Aprova Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE. Teresina/PI: 2014. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/10/resolu%C3%A7%C3%A3o_consul_0352014.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 014/2014**. Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFPI. Teresina/PI: 2014. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/10/resolu%C3%A7ao_consul_0142014.pdf>. Acesso em: 17 set. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 031/2014**. Altera o anexo da Resolução n°

014/2014, de 08 de abril de 2014, que aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI. Teresina/PI: 2014. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/attachments/article/2916/consup_res31_altera_polae.pdf>. Acesso em: 17 set. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 046/2013**. Institui o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI. Teresina/PI: 2013. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/9/resolu%C3%A7ao_consup_0462013.pdf>. Acesso em: 21 set. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 038/2014**. Aprova o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI. Teresina/PI: 2014. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/10/resolu%C3%A7%C3%A3o_consup_0382014.pdf>. Acesso em: 21 set. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 039/2010**. Normatiza a distribuição da carga horária docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI. Teresina/PI: 2010. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/6/resolu%C3%A7%C3%A3o_consup_0392010.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 026/2014**. Regulamenta o art. 6º, anexo da Resolução n° 039/2010 - Conselho Superior, de 01/12/2010, normatiza a distribuição da Carga Horária docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2014. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/10/resolu%C3%A7%C3%A3o_consup_0262014.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução n° 064/2014**. Aprova procedimentos para abreviação de cursos de graduação do IFPI para alunos com extraordinário aproveitamento nos estudos. Teresina/PI: 2014. Disponível em: <http://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/10/resolu%C3%A7%C3%A3o_consup_0642014.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019**. Teresina/PI: 2014. Disponível em: <<http://www5.ifpi.edu.br/attachments/article/4588/PDI%202015-2019.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

Apêndice A - PROGRAMAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA IFMA	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
Código: 01	Carga Horária: 60h
Eixo: Conhecimentos Pedagógicos	Pré-requisito: Não há
EMENTA	

Filosofia e Filosofia da Educação; Pressupostos filosófico-antropológicos, epistemológicos e axiológicos que fundamentam as concepções de educação; Correntes e tendências da educação brasileira; Educação, alienação e ideologia; Educação e Pós-Modernidade; Filosofia e formação do educador: a construção de conhecimentos e sua inovação em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

Competências e Habilidades

- Compreender a filosofia da educação como reflexão crítica do fenômeno educacional;
- Articular os pressupostos filosóficos com a teoria da educação e a prática pedagógica na perspectiva de uma atuação ética, democrática e plural;
- Discutir a relação educação, sociedade e ideologia, refletindo sobre a relação saber-poder e as instâncias pedagógicas;
- Posicionar-se criticamente frente às diferentes forças, interesses e contradições presentes na ação educativa;
- Relacionar as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento no contexto da educação;
- Valorizar a ética e a estética no desenvolvimento da prática docente;
- Identificar no fenômeno educativo aspectos para constituir uma postura investigativa, integrativa e propositiva na realidade escolar.

Referências Básicas

- [1] ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia . 4. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2009. 479 p. ISBN 978-85-16-06392-4.
- [2] CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2011. 520 p. ISBN 978-85-0813469-4.
- [3] LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 222 p. ISBN 978-85-249-1622-9 (broch.).

Referências Complementares

- [1] BRITO, Emídio Fontenele de; CHANG, Luiz Harding (org.). **Filosofia e método**. São Paulo: Loyola, 2002. 154 p. ISBN 85-15-02398-9.
- [2] FEARN, Nicholas. **Filosofia**: novas respostas para antigas questões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 214 p. ISBN 978-85-7110-966-7 (broch.).
- [3] FERRY, Luc. **Aprender a viver**: filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. 239 p. ISBN 978-85-390-0105-7 (broch.).
- [4] MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- [5] PILETTI, Claudino. **Filosofia da Educação**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2009.

		LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	
Código: 02		Carga Horária: 45h	
Eixo: Geral e Interdisciplinar		Pré-requisito: Não há	
EMENTA			

Uso da linguagem e da língua. Níveis de linguagem: variação lingüística. Leitura e produção de textos. Gêneros textuais e leitura. Estruturação textual. Elaboração de diferentes textos, sobretudo, os acadêmicos. Mecanismos de textualidades: Coerência e coesão textuais. Mecanismos semânticos e gramaticais, com ênfase para regência e concordância. Pontuação. Operadores discursivos. Ortografia.

Competências e Habilidades

Proporcionar aos discentes a aquisição de conhecimentos sobre o funcionamento da língua, em uma abordagem textual e discursiva, de modo a contribuir para o desenvolvimento de uma consciência objetiva e crítica para a compreensão e produção dos diferentes textos, sobretudo, os textos acadêmicos.

Referências Básicas

- [1] – HENRIQUES, A.; ANDRADE, M. M. de. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- [2] - MARTINS, D. S.; ZILBERKNOV, L. S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- [3] - MEDEIROS, J. B. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006

Referências Complementares

- [1] - BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- [2] - BLIKSTEIN, I. Técnica de Comunicação Escrita. 22 ed. São Paulo: Ática, 2006.
- [3] - FÁVERO, L. L. Coesão e Coerência Textuais. 11 ed. São Paulo: Ática, 2009.
- [4] - FEITOSA, V. C. Redação de Textos Científicos. 12 ed. Campinas: Papyrus, 2009.
- [5] - FIORIN, J. L. Introdução à lingüística I: Objetos teóricos. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2008.



METODOLOGIA CIENTÍFICA

Código: 03

Carga Horária: 30h

Eixo: Geral e Interdisciplinar

Pré-requisito: Não há

EMENTA

As diferentes formas de conhecimento. A Ciência e seus métodos. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos e normas da ABNT. Pesquisa enquanto princípio científico e educativo. Ética na pesquisa.

Competências e Habilidades

- Analisar as características que diferenciam ciência de outras formas de conhecimento.
- Produzir trabalhos científico-acadêmicos utilizando adequadamente as Normas da ABNT.
- Identificar os diferentes métodos de pesquisa, bem como sua aplicação.
- Compreender os princípios da ética no desenvolvimento da pesquisa.

Referências Básicas

[1] - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 - Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

[2] - RUIZ, J. Á. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

[3] - SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Referências Complementares

[1] - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 1052 - Citações em Documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

[2] - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022 - Apresentação de Artigos em Publicações Periódicas. Rio de Janeiro, 2003.

[3] - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023- Referências Bibliográficas - Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

[4] - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028- Informação e Documentação – Resumo- Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

[5] - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10719 - Relatórios Técnico-científicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 1989.



PRÉ-CÁLCULO

Código: 04

Carga Horária: 60h

Eixo: Geral e Interdisciplinar	Pré-requisito: Não há
EMENTA	
Funções reais: números reais, desigualdades, valor absoluto. Trigonometria: funções trigonométricas, lei dos senos e cossenos, radianos, gráficos de funções (polinomiais, exponenciais, logarítmicas, trigonométricas e hiperbólicas). Sequências e Séries de números Reais.	
Competências e Habilidades	
<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar os conhecimentos matemáticos como base para estudos posteriores. • Desenvolver a capacidade de investigação física. Classificar, organizar, sistematizar, identificar regularidades e aplicações dos conceitos físicos. • Aplicar métodos matemáticos para solução de problemas da Física. 	
Referências Básicas	
<p>[1]-MEDEIROS, V.Z.; CALDEIRA, A.M.; SILVA, L.M.O.; MACHADO, M.A.S. Pré-Cálculo. 3ª ed. Cengage: 2014.</p> <p>[2]-IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. <i>Fundamentos de Matemática Elementar</i>. 8. ed. vols. 1,2 e 3. São Paulo: Atual, 1993.</p> <p>[3]- STEWART, J. Cálculo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Thomson Learning, 2009.</p>	
Referências Complementares	
<p>[1]-DEMANA, F.D.; WAITS, B.K; FOLEY, G.D; KENNEDY, D. Pré-Cálculo. 2ª ed. Pearson: 2013.</p> <p>[2]- APOSTOL, Tom M. Cálculo 1: cálculo com funções de uma variável, com uma introdução à álgebra linear. Reverté. Rio de Janeiro: 1994.</p> <p>[3]-FLEMMING; DIVA MARILIA; GONÇALVES; MIRIAN BUSS. Cálculo A - Funções, Limite, Derivação e Integração. 6ª ed. Pearson: 2007.</p> <p>[4]-GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo: vol. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.</p> <p>[5]-ANTON, H. Cálculo, Um Novo Horizonte - Vol. 1, 8a ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.</p>	

 FÍSICA BÁSICA	
Código: 05	Carga Horária: 60 h
Eixo: Geral e Interdisciplinar	Pré-requisito: Não há
EMENTA	

O desenvolvimento histórico da Física e sua relação com outras ciências. O método científico. Medição e análise dimensional. Vetores. Revisão dos principais conceitos da Física abordados no Ensino Médio.

Competências e Habilidades

- Dominar princípios gerais e fundamentos da Física, estando familiarizado com suas áreas clássicas e modernas;
- Descrever e explicar fenômenos naturais, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios físicos gerais;
- Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
- Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados;
- Reconhecer as relações do desenvolvimento da Física com outras áreas do saber, tecnologias e instâncias sociais, especialmente contemporâneas.

Referências Básicas

- [1]-LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; ÁLVARES, Beatriz Alvarenga. Curso de física. Vol. 1,2 e 3. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2006.
- [2]-GASPAR, Alberto. Física. Vol. 1, 2 e 3. 2 ed. São Paulo: Ática, 2010.
- [3]-HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física. Vol. 1. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

Referências Complementares

- [1]-NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.
- [2]-FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman: edição definitiva. Vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- [3]-TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros. Vols. 1, 2 e 3. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- [4]-HEWITT, Paul G. Física conceitual. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- [5]-GREF- Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Leituras de Física (Mecânica, Física Térmica, Óptica e Eletromagnetismo). Disponível em: <http://www.if.usp.br/gref/pagina01.html>.



PROJETO INTEGRADOR 1

Código: 06

Carga Horária: 45h

Eixo: Integrador

Pré-requisito: Não há

EMENTA

A ser definida pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.

Competências e Habilidades

Desenvolver habilidades de relações interpessoais, de colaboração, de liderança e de comunicação, de forma a articular trabalhos realizados em grupo;

- adquirir uma atitude interdisciplinar, a fim de descobrir o sentido dos conteúdos estudados;
- elaborar e apresentar um projeto de investigação numa perspectiva interdisciplinar, tendo como principal referência os conteúdos ministrados ao longo do semestre cursado e sua relação como o tema previamente escolhido;
- adquirir habilidades de expressão e comunicação oral ao apresentar o projeto elaborado no período dedicado aos seminários integradores.

Referências Básicas

Definidas pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.

Referências Complementares

Definidas pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA IFPA</p>		SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
Código: 07		Carga Horária: 60h	
Eixo: Conhecimentos Pedagógicos		Pré-requisito: Não há	

EMENTA

Educação, Sociedade e Cultura. A educação como objeto de reflexão sociológica: a contribuição dos teóricos clássicos e contemporâneos; O trabalho na sociedade capitalista; A função social da escola; A educação e o multiculturalismo das sociedades contemporâneas; Questões da sociedade contemporânea: educação ambiental, educação do campo e outras.

Competências e Habilidades

- Estabelecer a relação entre educação, sociedade e cultura;
- Analisar conceitos, valores e finalidades que norteiam a educação na/e para a sociedade.
- Identificar diferentes forças e interesses presentes na sociedade diagnosticando contradições existentes adotando postura propositiva de mudanças;
- Refletir sobre a evolução das formas culturais do homem e suas relações com a formação de identidades socioculturais e com as diversidades étnicas e raciais.
- Discutir a relação dialética homem/mundo e a importância dos conhecimentos, costumes, atitudes, para a construção, sistematização e evolução de conhecimentos e valores do ser humano, considerando as problemáticas da sociedade contemporânea.

Referências Básicas

[1] CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2011. 520 p. ISBN 978-85-0813469-4.

[2] MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Col. Primeiros Passos)

[3] MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

Referências Complementares

[1] BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; D'ADESKY, Jacques. **Racismo, preconceito e intolerância**. 7. ed. São Paulo: Atual, 2009.

[2] BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 120 p. (Questões da nossa época; 16) ISBN 97885-249-1632-8.

[3] FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & sociedade**. 7. ed. rev. São Paulo: Centauro, 2005. 238 p. ISBN 978-85-88208-63-6 (broch.).

[4] LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013. 296 p. (Cibercultura). ISBN 978-85-205-0577-9 (broch.).

[5] SÁNCHEZ, Antônio Hernández. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2001.



PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

Código: 08

Carga Horária: 30h

Eixo: Conhecimentos Pedagógicos

Pré-requisito: Não há

EMENTA	
Profissionalização docente; Saberes da docência; A escola como campo da atividade do professor; Papel social e função ética e política do professor; Demandas sociais e desafios na formação do educador; Necessidades formativas do professor.	
Competências e Habilidades	
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar aspectos necessários à formação docente; • Discutir a profissão docente e sua função social; • Identificar as representações construídas sobre o professor e sua atividade docente; • Debater sobre a formação inicial e continuada da profissionalização docente; • Construir referenciais éticos e estéticos da profissão docente. 	
Referências Básicas	
<p>[1] IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 127 p. (Questões da nossa época; 14). ISBN 97885-249-1630-4 (broch.).</p> <p>[2] PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 261 p. ISBN 978-85-249-1578-9 (broch.).</p> <p>[3] PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 301 p. ISBN 978-85-249-1936-7 (broch.).</p>	
Referências Complementares	
<p>[1] ALVES, Nilda (org.). Formação de professores: pensar e fazer. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>[2] CANDAU, Vera Maria (Org.). Magistério: construção cotidiana. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 318 p. ISBN 978-85-326-1844-3 (broch.).</p> <p>[3] ENRICONE, Délcia (Org.). Professor como aprendiz: saberes docentes. 2009. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 144 p. ISBN 978-85-7430-893-7</p> <p>[4] FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p. ISBN 978-85-7753-163-9.</p> <p>[5] PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 287 p. ISBN 978-85249-1762-2 (broch.).</p>	

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PIAUI</p>		GEOMETRIA ANALÍTICA	
Código: 09		Carga Horária: 45h	
Eixo: Geral e Interdisciplinar		Pré-requisito: Não há	

EMENTA

Vetores. Operações com vetores. Vetores no plano e no espaço. Decomposição de vetores. Produto escalar, vetorial e misto. A Reta e o Plano. Cônicas.

Competências e Habilidades

- Compreender e utilizar conhecimento da geometria analítica como elemento de fundamentação para leis e princípios físicos.
- Articular o conhecimento entre a geometria e a álgebra linear numa perspectiva interdisciplinar.
- Despertar o pensamento geométrico que leve ao aluno a resolver situações-problema de localização, deslocamento, reconhecendo nas noções de direção e sentido, de ângulo, de paralelismo e de perpendicularismo os elementos fundamentais para a constituição de sistema de coordenadas cartesianas tanto no plano como no espaço.

Referências Básicas

- [1]-STEINBRUCH, Alfredo & WINTERLE, Paulo. **Geometria Analítica**. 2ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
- [2]-CAMARGO, Ivan & BOULOS, Paulo. **Geometria analítica - Um tratamento vetorial**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
- [3]-REIS, Genésio Lima dos & SILVA, Valdir Vilmar da. **Geometria Analítica**. São Paulo: LTC, 1996.

Referências Complementares

- [1]-IEZZI, Gelson. Fundamentos de Matemática Elementar 7 - Geometria Analítica. 6ª ed. Editora Atual, 2013.
- [2]-WINTERLE, Paulo. Vetores e Geometria Analítica. 2ª ed. Pearson, 2014.
- [3]-BALDIN, Yuriko Yamamoto & FURUYA, Yolanda K. S. Geometria Analítica para todos e atividades com Octave e Geogebra. EdufsCar, 2011.
- [4]-MELLO, Dorival A. de & WATANABE, Renate G. Vetores e uma iniciação à Geometria Analítica. 2ª ed. Livraria da Física, 2011.
- [5]- SIMMONS, G. F. Cálculo com Geometria Analítica. Vols. 1 e 2. 1ª ed. São Paulo: Makron Books, 1987.



CÁLCULO DE FUNÇÕES DE UMA VARIÁVEL

Código: 10

Carga Horária: 60 h

Eixo: Geral e Interdisciplinar

Pré-requisito: PRÉ-CÁLCULO

EMENTA

Limite, continuidade e formas indeterminadas. Derivada e aplicações. Integral e aplicações. Os teoremas fundamentais do Cálculo e da Média.

Competências e Habilidades

- Desenvolver a capacidade de utilizar o cálculo diferencial e integral na interpretação dos fenômenos naturais;
- Utilizar o conhecimento matemático para realizar a leitura e a representação da realidade, procurando agir sobre ela;
- Compreender os conceitos e as técnicas do cálculo diferencial e integral para resolver problemas do cotidiano;
- Representar graficamente funções reais de variável;
- Aplicar o conceito de limites na resolução de problemas;
- Identificar a continuidade de funções reais de variável;
- Utilizar o conceito de derivada e integral no estudo das funções reais de uma variável;
- Resolver problemas de otimização utilizando o conceito de derivada e integral.

Referências Básicas

[1] - APOSTOL, Tom M. Cálculo 1: cálculo com funções de uma variável, com uma introdução à álgebra linear. Rio de Janeiro: Reverté.

[2] - STEWART, J. Cálculo – Vols. 1. 7ª edição. Rio de Janeiro: Thomson Learning, 2014.

[3] - GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo: vol. 1 e 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Referências Complementares

[1] - SIMMONS, G. F. Cálculo com Geometria Analítica. Vols. 1. 1ª ed. São Paulo: Makron Books, 1987.

[2] – AVILA, Geraldo. Cálculo das Funções de Uma Variável. Vol. 1. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

[3]-ANTON, H. Cálculo, Um Novo Horizonte - Vol. 1, 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

[4]-BOULOS, Paulo. Cálculo diferencial e integral, volume 1. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999.

[5]-LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Harbra, 1994.



MECÂNICA I

Código: 11

Carga Horária: 60 h

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física

Pré-requisito: Pré-Cálculo e Física Básica

EMENTA

Movimento Unidimensional e Bidimensional. Os princípios da dinâmica. Aplicações das leis de Newton. Trabalho e Energia Mecânica. Conservação da energia mecânica e do momento linear.

Competências e Habilidades

- Dominar princípios gerais e fundamentos da Mecânica;
- Descrever e explicar fenômenos naturais em termos das leis de Newton;
- Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
- Utilizar a linguagem científica na expressão dos conceitos da Mecânica;
- Compreender a relevância da correta aplicação dos princípios de conservação da energia mecânica total e do momento linear para a resolução de problemas físicos;
- Reconhecer as relações do desenvolvimento da Mecânica com outras áreas do saber e com as tecnologias contemporâneas.

Referências Básicas

[1]-NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.
[2]-HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física. Vol. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
[3]-SERWAY, Raymond A.; JEWETT, Jonh W. Princípios de Física. Vol. 1. 1ª ed. Rio de Janeiro; Thomson, 2004.

Referências Complementares

[1]-HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física. Vol. 1. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
[2]-TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros. Vol. 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
[3]-FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2008.
[4]-ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física: um curso universitário: mecânica. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.
[5]-YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger A. Física. Vol. 1. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008.



PROJETO INTEGRADOR 2

Código: 12

Carga Horária: 45h

Eixo: Integrador

Pré-requisito: Não há

EMENTA

A ser definida pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.

Competências e Habilidades

- Desenvolver habilidades de relações interpessoais, de colaboração, de liderança e de comunicação, de forma a articular trabalhos realizados em grupo;
- Adquirir uma atitude interdisciplinar, a fim de descobrir o sentido dos conteúdos estudados;
- Elaborar e apresentar um projeto de investigação numa perspectiva interdisciplinar, tendo como principal referência os conteúdos ministrados ao longo do semestre cursado e sua relação com o tema previamente escolhido;
- Adquirir habilidades de expressão e comunicação oral ao apresentar o projeto elaborado no período dedicado aos seminários integradores.

Referências Básicas

Definidas pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.

Referências Complementares

Definidas pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.



POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Código: 13	Carga Horária: 60h
Eixo: Conhecimentos Pedagógicos	Pré-requisito: Filosofia da Educação e Sociologia da Educação

EMENTA

A evolução histórica da Educação escolar no Brasil: Política e Organização; Legislação educacional no Brasil na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN (Lei nº 9394/96); Plano Nacional de Educação; O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e suas garantias na escolarização; Diretrizes para a Educação Básica; Concepções e paradigmas curriculares para a Educação Nacional; Diretrizes e políticas pertinentes à educação ambiental, as relações étnico- raciais e outras garantias legais.

Competências e Habilidades

- Analisar a evolução histórica da Educação Escolar no Brasil no âmbito dos seus aspectos socioeconômicos, políticos, históricos e culturais, do período colonial ao estado democrático, evidenciando os embates em prol do acesso gratuito à escola pública;
- Conhecer as Resoluções, Diretrizes, Portarias e outros documentos legais que garantam os conhecimentos referentes às questões sócio ambientais, éticos, estéticos e relativos a diversidades étnico- raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípio de equidade;
- Analisar a aplicação dos dispositivos legais da LDB e da legislação educacional complementar a respeito da Educação Básica, que regulamentam a organização administrativa, pedagógica e os recursos financeiros;
- Compreender a relevância do Plano Nacional de Educação no processo de continuidade e descontinuidade das políticas educacionais;
- Conhecer os direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, conforme o ECA.

Referências Básicas

- [1] BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. 351 p. ISBN 978-85-98271-76-7 (broch.).
- [2] BRASIL. **Lei nº** _Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF: 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- [3] ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 36. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

Referências Complementares

- [1] ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- [2] BREZEZINSKI, Iria (org.). **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- [3] CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: leitura crítica e compreensiva, artigo por artigo**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- [4] ELIAS, J. R. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: lei 8.069, de julho de 1990**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- [5] GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira: da Colônia ao governo Lula**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2009.



PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código: 14

Carga Horária: 60h

Eixo: Conhecimentos Pedagógicos

Pré-requisito: Não há

EMENTA

A natureza da psicologia da educação como ciência aplicada; Concepções e tendências atuais; Caracterização do sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem. Fracasso Escolar – diferentes perspectivas. Psicologia da aprendizagem – conceituação e caracterização. Motivação da aprendizagem. Teorias da aprendizagem e as escolas psicológicas (da infância a adultez). Temas contemporâneos da psicologia da educação de interesse do cotidiano escolar.

Competências e Habilidades

- Compreender, através do estudo da Psicologia, o sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores relacionando educação, desenvolvimento e aprendizagem;
- Discutir as concepções e tendências atuais da Psicologia da Educação;
- Identificar a problemática subjacente ao fracasso escolar em relação: - ao aluno – à escola;
- Relacionar as variáveis que interferem na motivação para aprender;
- Conhecer os princípios das teorias: comportamentalista, psicanalítica, humanista, cognitiva e sua aplicação no processo de ensino-aprendizagem, examinando o significado da relação entre a psicologia e a base epistemológica do trabalho docente;
- Discutir a função social do educador e a complexidade das relações existentes no processo de construção do conhecimento considerando as transformações que se processam durante os vários estágios da vida humana.

Referências Básicas

- [1] BRAGHIROLI, Elaine Maria. et. al. **Psicologia Geral**. 33. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- [2] CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da Aprendizagem**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- [3] PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 25. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 143 p. ISBN 978-85-218-0467-3 (broch.).

Referências Complementares

- [1] BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina ; FURTADO, Odair (Org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009. 224 p. ISBN 978-85-249-0785-2.
- [2] COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva**, vol. 1. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- [3] FALCÃO, Jorge Tarcísio da Rocha. **Psicologia da Educação Matemática: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- [4] NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da aprendizagem – processos, teorias e contextos**. Brasília: Liber Livro, 2011.
- [5] VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 496 p. (Biblioteca pedagógica). ISBN 978-85-7827-077-3 (broch.).



CÁLCULO DE FUNÇÕES DE MAIS DE UMA VARIÁVEL

Código: 15

Carga Horária: 60 h

Eixo: Geral e Interdisciplinar

Pré-requisito: Cálculo de Funções de uma Variável

EMENTA

Integrais impróprias. Séries de potência e de Taylor. Derivadas parciais e aplicações. Os Teoremas da função inversa e implícita. Fórmula de Taylor (várias variáveis). Integração múltipla. Funções vetoriais. Integrais de linha. O Teorema de Green.

Competências e Habilidades

- Desenvolver a capacidade de utilizar o cálculo diferencial e integral na interpretação dos fenômenos naturais.
- Utilizar o conhecimento matemático para realizar a leitura e a representação da realidade, procurando agir sobre ela.
- Compreender os conceitos e as técnicas do cálculo diferencial e integral para resolver problemas do cotidiano.
- Aplicar o conceito de sequências e de séries na resolução de problemas.
- Representar graficamente funções de duas variáveis.
- Aplicar o conceito de derivadas parciais na resolução de problemas de análise de funções.
- Utilizar o conceito de integrais múltiplas no cálculo de áreas e volumes.

Referências Básicas

- [1] - APOSTOL, Tom M. Cálculo 2: cálculo com funções de uma variável, com uma introdução à álgebra linear. Rio de Janeiro: Reverté.
- [2] - STEWART, J. Cálculo – Vol. 2. 7ª edicao. Rio de Janeiro: Thomson Learning, 2014.
- [3] - GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo: vols. 3 e 4. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Referências Complementares

- [1] - SIMMONS, G. F. Cálculo com Geometria Analítica. Vols. 2. 1a ed. Sao Paulo: Makron Books, 1988.
- [2] – AVILA, Geraldo. Cálculo das Funções de Uma Variável. Vol. 2. 7a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.
- [3]ANTON, H. Cálculo, Um Novo Horizonte - Vol. 2, 8a ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- [4]-BOULOS, Paulo; ABUD, Zara Issa. Cálculo diferencial e integral, volume 2. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.
- [5]-LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 2. 3ªed. Sao Paulo: Harbra, 1994.

MECÂNICA II

Código: 16

Carga Horária: 60 h

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física

Pré-requisito: Cálculo de Funções de uma Variável e Mecânica I

EMENTA

Colisões. Rotações e momento angular. Dinâmica de corpos rígidos. Gravitação. Forças de inércia.

Competências e Habilidades

- Dominar princípios gerais e fundamentos da Mecânica;
- Diagnosticar, formular e resolver problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
- Utilizar a linguagem científica na expressão dos conceitos da Mecânica;
- Compreender a relevância da correta aplicação do princípio de conservação do momento angular para a resolução de problemas físicos;
- Aplicar corretamente o princípio de conservação do momento linear a casos de colisões elásticas e compreender o limite de aplicação deste princípio aos casos de colisões inelásticas;
- Reconhecer as relações do desenvolvimento da Mecânica com outras áreas do saber e com as tecnologias contemporâneas

Referências Básicas

- [1]-NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.
- [2]-HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física. Vols. 1 e 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
- [3]-SERWAY, Raymond A.; JEWETT, John W. Princípios de Física. Vol. 1. 1ª ed. Rio de Janeiro; Thomson, 2004.

Referências Complementares

- [1]-HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física. Vols. 1 e 2. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- [2]-TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros. Vol. 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- [3]-FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- [4]-ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física: um curso universitário: mecânica. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.
- [5]-YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger A. Física. Vols. 1 e 2. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008.

LABORATÓRIO DE MECÂNICA

Código: 17

Carga Horária: 30 h

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física

Pré-requisito: Mecânica I

EMENTA

Medidas e erros. Análises estatísticas de dados experimentais. Construção de gráficos. Experimentos de cinemática, dinâmica, conservação da energia mecânica, colisões, rotações e momento angular, dinâmica de corpos rígidos.

Competências e Habilidades

- Dominar princípios gerais e fundamentos da Mecânica;
- Diagnosticar, formular e resolver problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
- Utilizar a linguagem científica na expressão dos conceitos da Mecânica;
- Compreender a relevância da correta aplicação dos princípios de conservação da energia mecânica, do momento linear e do momento angular para a resolução de problemas físicos;
- Relacionar e conciliar a prática vivenciada no laboratório de física com a teoria abordada nas disciplinas de Mecânica.

Referências Básicas

[1] - PIACENTINI, J. J. de, et al. Introdução ao laboratório de Física. 2 ed. São Peditora UFSC, 2005.

[2] - CAMPOS, A. A. Física experimental básica na universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

[3] - PERUZZO, Jucimar. Experimentos de Física básica: mecânica. 1 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

Referências Complementares

[1] - SANTORO, Alberto; MAHON, José Roberto et al. Estimativas e erros em experimentos de Física. 3 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

[2] - NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.

[3] - HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física. Vols. 1 e 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

[4] - TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros. Vol. 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

[5] - HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física. Vols. 1 e 2. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.



PROJETO INTEGRADOR 3

Código: 18

Carga Horária: 30h

Eixo: Integrador

Pré-requisito: Não há

EMENTA

A ser definida pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.

Competências e Habilidades

- Desenvolver habilidades de relações interpessoais, de colaboração, de liderança e de comunicação, de forma a articular trabalhos realizados em grupo;
- Adquirir uma atitude interdisciplinar, a fim de descobrir o sentido dos conteúdos estudados;
- Elaborar e apresentar um projeto de investigação numa perspectiva interdisciplinar, tendo como principal referência os conteúdos ministrados ao longo do semestre cursado e sua relação com o tema previamente escolhido;
- Adquirir habilidades de expressão e comunicação oral ao apresentar o projeto elaborado no período dedicado aos seminários integradores.

Referências Básicas

Definidas pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.

Referências Complementares

Definidas pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.



GESTÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Código: 19

Carga Horária: 45h

Eixo: Conhecimentos Pedagógicos

Pré-requisito: Política e Organização da Educação Nacional

EMENTA

A gestão democrática da educação e suas implicações para a democratização da educação básica; O sistema de organização e gestão da escola; A estrutura organizacional da escola; Os elementos constitutivos do processo organizacional; Gestão participativa: papéis dos professores, gestores, pais, alunos e comunidade na construção coletiva do trabalho; O Conselho Escolar e o planejamento no âmbito da gestão escolar: PPP, Regimento e outros; Programas e financiamento da Educação Básica; Avaliação e Indicadores de qualidade da Educação Básica.

Competências e Habilidades

- Compreender gestão escolar a partir dos princípios da escola democrática e participativa;
- Valorizar o trabalho docente caracterizando a dimensão pedagógica do cotidiano da escola e a participação dos professores na estrutura organizacional;
- Pesquisar a estrutura administrativa e pedagógica através da análise de diversos documentos: projeto político pedagógico, plano de direção, planejamento participativo, atas de órgãos colegiados da escola, sob o aspecto da construção de democracia e cidadania no contexto das práticas de gestão;
- Conhecer a estrutura e o funcionamento do Conselho Escolar;
- Investigar os diferentes programas e parcerias de financiamento da Educação Básica e seus impactos na melhoria do ensino e da aprendizagem;
- Analisar o processo de avaliação institucional e seus indicadores de qualidade na proposição de projetos transformadores da realidade escolar.

Referências Básicas

- [1] ANDRADE, J. M. V.; QUEIROZ, M. A. de Q.; AZEVEDO, M. A. de. **O papel dos conselhos para a criação do Sistema Nacional de Educação**. Brasília: Liber Livro, 2009.
- [2] LIBÂNEO, Jose Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. Sao Paulo: Cortez, 2012.
- [3] LUCK, Heloísa. **Gestão Participativa na Escola**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Referências Complementares

- [1] BOLIVAR, Antonio (org). **Profissão professor: o itinerário profissional e a construção da escola**. Bauru: São Paulo: EDUSC, 2002.
- [2] DEMO, Pedro. **A nova LDB ranços e avanços**. 22. ed. Campinas: Papyrus, 2010.
- [3] FERREIRA, N. S. C. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.
- [4] HORA, Dinair L. da. **Gestão Democrática na Escola**. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- [5] VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.



TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Código: 20

Carga Horária: 45h

Eixo: Conhecimentos Pedagógicos

Pré-requisito: Não há

EMENTA

Gestão e integração das tecnologias e mídias educacionais. Evolução das TIC na educação. Educação e cibercultura. Virtualização e construção do conhecimento. Plataformas e softwares educativos. Objetos de aprendizagem. A internet como instrumento didático. Projetos interdisciplinares utilizando as tecnologias (texto, imagem e som, ferramentas de autoria, rádio e TV, ambientes interativos virtuais). Educação à Distância - EaD. Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA.

Competências e Habilidades

- Compreender as Tecnologias da Informação e da Comunicação e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem;
- Conhecer os instrumentos didáticos voltados para a busca, análise e tratamento da informação, criação, integração e produção midiática em rede;
- Avaliar softwares e objetos de aprendizagem;
- Utilizar as ferramentas de interação em ambientes virtuais de aprendizagem;
- Conhecer os fundamentos legais e pedagógicos da EaD;
- Promover atitudes favoráveis diante do uso de tecnologias na educação como elementos estruturantes de diferentes possibilidades de práticas educativas.

Referências Básicas

- [1] CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de; IVANOFF, Gregorio Bittar. Tecnologias que educam: ensinar e aprender com tecnologia da informação e comunicação. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- [2] MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed. rev.e atual. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2013.
- [3] SAMPAIO, Marisa Narcizo; LEITE, Lígia Silva. Alfabetização tecnológica do professor. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 111 p. ISBN 978-85-326-2268-6.

Referências Complementares

- [1] CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Cengage Learning, 2004. 154 p. ISBN 978-85-221-0353-9.
- [2] MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 239 p. (Práxis). ISBN 978-85-308-0478-7 (broch.).
- [3] SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. Tecnologias para Transformar a Educação. Artmed, 2006.
- [4] SILVA, Angela Carrancho da (org.). Infovias para Educação. São Paulo: Alínea, 2004.
- [5] VITALE, B. Computador na escola: um brinquedo a mais. Revista Ciência Hoje, v.13 (77), p. 19-25, nov.1991.



INGLÊS INSTRUMENTAL

Código: 21

Carga Horária: 45h

Eixo: Geral e Interdisciplinar

Pré-requisito: Não há

EMENTA

Palavras repetidas, informação não verbal, palavras conhecidas, skimming, scanning & prediction, uso do dicionário, afixos, nominal group, contextual reference, linking words, imperative, passive voice.

Competências e Habilidades

- Utilizar as estratégias verbais e não verbais para compensar as falhas, fornecer a efetiva comunicação e alcançar o efeito pretendido em situações de leitura.
- Conhecer e usar a Língua Inglesa como instrumento de acesso à informação a outras culturas e grupos sociais.
- Analisar os recursos expressivos da linguagem relacionando textos, contextos mediante a natureza, função, de acordo com as condições de recepção (interação, época, local, participantes da criação e propagação de idéias e escolhas, tecnologias disponíveis, compreender em que medida os enunciados refletem a forma de ser, pensar, agir e sentir de quem os produz).
- Utilizar adequadamente os conhecimentos sobre a estruturação e o funcionamento da língua nos seus aspectos morfosintáticos, semânticos e pragmáticos.
- Interpretar textos referentes a área profissional utilizando estratégias de leitura.
- Relacionar os textos à sua vivência individual e profissional.
- Recorrer às novas tecnologias como auxílio do ensino-aprendizagem.

Referências Básicas

- [1] - GUADALINI, E. O. Técnicas de leitura em inglês: Esp- English for specific purposes: Estágio 1. São Paulo: Texto Novo, 2002.
- [2] – GUADALINI , E. O. Técnicas de leitura em inglês: Esp- English for specific purposes: Estágio 2. São Paulo: Texto Novo, 2002.
- [3] – MUNHOZ, R. Inglês instrumental: Estratégias de leitura: Módulo II. 1 ed. São Paulo: Ática, 2008.

Referências Complementares

- [1] – WATKINS, M. PORTER, T. Gramática da Língua Inglesa. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- [2] – OXFORD. Dicionário Escolar para estudantes brasileiros de inglês. OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1999.
- [3] - CAVALCANTE, L. Inglês Instrumental. Fortaleza: Arte Gráfica, 2002.
- [4] - MURPHY, R. Essential Grammar in use. Cambridge University Press, 1990.
- [5] - SWAN, M., WALTER, C. How English works. Oxford University Press, 2005.



ÁLGEBRA LINEAR

Código: 22	Carga Horária: 45h
Eixo: Geral e Interdisciplinar	Pré-requisito: Geometria Analítica
EMENTA	
Vetores e Espaços Vetoriais. Transformações lineares. Operadores lineares. Autovalores e autovetores. Matrizes, determinantes e sistemas de equações lineares.	
Competências e Habilidades	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compreender e utilizar conhecimento da álgebra linear como elemento de fundamentação para leis e princípios físicos. ▪ Articular o conhecimento entre a álgebra linear e a geometria analítica numa perspectiva interdisciplinar. ▪ Proporcionar fundamentação matemática necessária ao formalismo que será utilizado na Mecânica Quântica. 	
Referências Básicas	
<p>[1]-BOLDRINI, José Luis, [ET. AL.]. Álgebra linear. 3ª Ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1980.</p> <p>[2]-STEINBRUCH, Alfredo & WINTERLE, Paulo. Álgebra Linear. 2ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.</p> <p>[3]-LAY, David C. Álgebra Linear e suas aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 1999.</p>	
Referências Complementares	
<p>[1]-NICHOLSON, W. Keith. Álgebra Linear. 2ª ed. McGraw-Hill, 2006.</p> <p>[2]-SANTOS, Nathan M. dos; ANDRADE, Doherty & GARCIA, Nelson M. Vetores e Matrizes - Uma introdução a Álgebra Linear. 4ª ed. Thomson, 2007.</p> <p>[3]-KOLMAN, Bernard & HILL, David R. Introdução a Álgebra Linear com Aplicações. 8ª ed. LTC, 2006.</p> <p>[4]-LORETO, Ana Célia da C.; SILVA, Aristóteles A. da; LORETO Jr, Armando P. Álgebra Linear e suas Aplicações: Resumo teórico, exercícios resolvidos e propostos. 2ª ed. LCTE, 2009.</p> <p>[5]-HOWARD, Anton & RORRES, Chris. Álgebra Linear com Aplicações. 10ª ed. Artmed, 2012.</p>	

Código: 23	Carga Horária: 60 h
Eixo: Conhecimentos Específicos da Física	Pré-requisito: Mecânica II
EMENTA	
Estática dos fluidos. Dinâmica dos Fluidos. Oscilações. Movimento Ondulatório. Ondas sonoras.	
Competências e Habilidades	
<ul style="list-style-type: none"> • Modelar e resolver problemas sobre fluidos e ondas; • Formular hipóteses e prever resultados; • Selecionar estratégias de resolução de problemas; • Interpretar e criticar resultados numa situação concreta; • Desenvolver a capacidade de utilizar os princípios de conservação em situações práticas; • Expressar-se corretamente utilizando a linguagem matemática adequada e elementos de sua representação simbólica; • Relacionar e conciliar a teoria abordada em sala de aula com a prática vivenciada na disciplina Laboratório de Fluidos e Ondas 	
Referências Básicas	
<p>[1] - NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 2. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.</p> <p>[2] - HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física. Vol. 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.</p> <p>[3] - SERWAY, Raymond A.; JEWETT, Jonh W. Princípios de Física. Vol. 2. 1ª ed. Rio de Janeiro; Thomson, 2004.</p>	
Referências Complementares	
<p>[1] - HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física. Vol. 2. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.</p> <p>[2] - TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros. Vol. 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.</p> <p>[3] - FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p> <p>[4] - ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física: um curso universitário. Vol.1. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.</p> <p>[5] - YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger A. Física. Vol. 2. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008.</p>	

	LABORATÓRIO DE FLUIDOS E ONDAS
Código: 24	Carga Horária: 30 h

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física	Pré-requisito: Laboratório de Mecânica
EMENTA	
Experimentos de estática e dinâmica dos fluidos, oscilações, movimento ondulatório e ondas sonoras.	
Competências e Habilidades	
<ul style="list-style-type: none"> • Modelar e resolver problemas sobre fluidos e ondas; • Formular hipóteses e prever resultados; • Selecionar estratégias de resolução de problemas; • Interpretar e criticar resultados numa situação concreta; • Desenvolver a capacidade de utilizar os princípios de conservação em situações práticas no laboratório; • Expressar-se corretamente utilizando a linguagem matemática adequada e elementos de sua representação simbólica; • Relacionar e conciliar a prática vivenciada no laboratório de física com a teoria abordada na disciplina Fluidos e Ondas. 	
Referências Básicas	
[1] - CAMPOS, A. A. Física experimental básica na universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.	
[2] - PERUZZO, Jucimar. Experimentos de Física básica: mecânica. 1 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.	
[3] - PERUZZO, Jucimar. Experimentos de Física básica: termodinâmica, ondulatória e ótica. 1 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.	
Referências Complementares	
[1] – SANTORO, Alberto; MAHON, José Roberto et al. Estimativas e erros em experimentos de Física. 3 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.	
[2] - NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.	
[3] – HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física. Vols. 1 e 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.	
[4] - TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros. Vol. 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.	
[5] - HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física. Vol. 2. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.	

PROJETO INTEGRADOR 4	
Código: 25	Carga Horária: 30h
Eixo: Integrador	Pré-requisito: Não há

EMENTA	
A ser definida pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.	
Competências e Habilidades	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver habilidades de relações interpessoais, de colaboração, de liderança e de comunicação, de forma a articular trabalhos realizados em grupo; • Adquirir uma atitude interdisciplinar, a fim de descobrir o sentido dos conteúdos estudados; • Elaborar e apresentar um projeto de investigação numa perspectiva interdisciplinar, tendo como principal referência os conteúdos ministrados ao longo do semestre cursado e sua relação com o tema previamente escolhido; • Adquirir habilidades de expressão e comunicação oral ao apresentar o projeto elaborado no período dedicado aos seminários integradores. 	
Referências Básicas	
Definidas pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.	
Referências Complementares	
Definidas pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.	

		DIDÁTICA
Código: 26	Carga Horária: 60h	
Eixo: Conhecimentos Pedagógicos	Pré-requisito: Psicologia da Educação e Gestão e Organização Escolar	

EMENTA

Educação, ensino e didática. Tendências pedagógicas da prática escolar. Teorias de currículo. Transposição didática. Processos de organização e gestão do trabalho docente. Planejamento de ensino e avaliação da aprendizagem.

Competências e Habilidades

- Compreender a função social do ensino e as concepções pedagógicas como referenciais para o desenvolvimento da prática pedagógica;
- Conhecer os processos de organização e gestão do trabalho docente como norteadores de uma ação intencional e sistemática;
- Identificar as concepções de currículo e suas implicações para o processo de ensino aprendizagem;
- Entender a gestão do trabalho docente tendo o planejamento como norteador das experiências educativas em sintonia com a natureza das instituições educativas e com as demandas sociais;
- Elaborar e aplicar planos de ensino, observando seus elementos constitutivos;
- Analisar, numa perspectiva crítica, a relevância dos conteúdos de ensino no processo de aquisição do conhecimento;
- Refletir sobre estratégias diversificadas de avaliação de aprendizagem e propostas de intervenção pedagógica que potencialize o desenvolvimento de diferentes capacidades nos alunos, reorientando o trabalho docente.

Referências Básicas

- [1] CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (orgs.). Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Cengage Learning, 2001.
- [2] DEMO, Pedro. Universidade, aprendizagem e avaliação: horizontes reconstrutivos. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. 157 p. ISBN 978-85-8706-395-3 (broch.).
- [3] VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Lições de Didática. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 2012.

Referências Complementares

- [1] ANTUNES, Celso (Coord.). Ciências e didática. Petrópolis: Vozes, 2010. 167 p. (Como bem ensinar) ISBN 978-85-326-4027-7.
- [2] CANDAU, Vera Maria (org.). Didática em questão. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. ISBN 853260093X.
- [3] FERRAÇO, Carlos Eduardo (Org.). Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 175 p. (Cultura, memória e currículo ; 6). ISBN 97885-249-1147-7 (broch.).
- [4] GUARNIERI, Maria Regina (org.). Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência. 2. ed. Campinas: Autores associados, 89 p. (Polêmicas do nosso tempo; 75) ISBN 85-7496-004-7.
- [5] LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012. ISBN 9788524916038.

Código: 27	Carga Horária: 60 h
Eixo: Geral e Interdisciplinar	Pré-requisito: Cálculo de Funções de mais de uma Variável
EMENTA	
Definições e características de campos escalares e vetoriais. Produto escalar, vetorial e misto. Regra da cadeia e o teorema do valor médio para funções de várias variáveis. Derivada direcional. Gradiente, divergente, rotacional e o laplaciano de um campo de vetores. Integrais de linha, superfície e de volume. Teoremas de Green, Gauss e Stokes e suas aplicações. Coordenadas Curvilíneas. Teoria de Campos Vetoriais: Teorema de Helmholtz e potenciais e suas aplicações na Mecânica Clássica, na Termodinâmica e no Eletromagnetismo.	
Competências e Habilidades	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a capacidade de utilizar o cálculo vetorial na interpretação dos fenômenos naturais. • Utilizar o conhecimento matemático para realizar a leitura e a representação da realidade, procurando agir sobre ela. • Compreender os conceitos e as técnicas do cálculo vetorial para resolver problemas do cotidiano. • Aplicar o conceito de integrais de linha na resolução de problemas. • Aplicar os teoremas de Green, Gauss e Stokes a problemas físicos nas áreas da Mecânica, Termodinâmica e Eletromagnetismo. 	
Referências Básicas	
<p>[1] STEWART, J. Cálculo – Vols. 1 e 2, 7ª edição. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2013.</p> <p>[2]-BOAS, M. L. Mathematical Methods in the Physical Sciences. 3ª edition. John Wiley & Sons.USA (1983).</p> <p>[3]-ARFKEN, J. B. e WEBER, H. J. Física Matemática – Métodos Matemáticos para Engenharia e Física. Tradução da 6ª edição. Editora Campus. Rio de Janeiro (2007).</p>	
Referências Complementares	
<p>[1] APOSTOL, Tom M. Cálculo. Vol.1, Reverté, 1994.</p> <p>[2] APOSTOL, Tom M. Cálculo. Vol.2, Reverté, 1993.</p> <p>[3] GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo. Vols. 1 e 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.</p> <p>[4] GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo. Vol. 3. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.</p> <p>[5] ANTON, H. Cálculo, Um Novo Horizonte - Vol. 2, 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.</p> <p>[6] SIMMONS, G. F. Cálculo com Geometria Analítica. Vols. 1 e 2. 1ª ed. São Paulo: Makron Books, 1987.</p>	

 EQUAÇÕES DIFERENCIAIS APLICADAS	
Código: 28	Carga Horária: 60 h
Eixo: Geral e Interdisciplinar	Pré-requisito: Cálculo de Funções de mais de uma Variável

EMENTA

Notas históricas. Alguns modelos matemáticos básicos. Classificação das equações diferenciais. Equações diferenciais lineares e homogêneas de 1ª ordem: Método dos fatores integrantes e equações separáveis. Modelagem com equações de primeira ordem. Equações autônomas e dinâmica populacional. O método de Euler. Aplicações de equações diferenciais de primeira ordem na mecânica clássica, na termodinâmica e no eletromagnetismo: translação e rotação num plano inclinado e lançamentos verticais com e sem resistência do ar. Circuitos RC e RL. Lei de resfriamento de Newton e lei de Stefan-Boltzmann. Equações diferenciais lineares e homogêneas de 2ª ordem: Método dos coeficientes constantes. Método da variação dos parâmetros. Independência linear e Wronskiano. Equações diferenciais lineares e não homogêneas de 2ª ordem: Método dos coeficientes constantes. Método da variação dos parâmetros generalizado. Equações não homogêneas. Aplicações de equações diferenciais de segunda ordem na mecânica clássica e no eletromagnetismo utilizando o método dos coeficientes constantes: oscilador harmônico simples, amortecido e forçado. Oscilador harmônico simples sujeito a uma força periódica. Circuitos RLC e LC. O método da variação dos parâmetros e algumas aplicações no caso de vibrações mecânicas e elétricas. Métodos Numéricos: Método de Euler. O método de Runge-Kutta. Métodos de passos múltiplos.

Competências e Habilidades

- Proporcionar a compreensão da Matemática como a linguagem na qual os conceitos da Física são Fundamentados;
- Articular os métodos e técnicas da Matemática com a abordagem física dos fenômenos naturais nas áreas da Mecânica, Termodinâmica e Eletromagnetismo;
- Evidenciar a aplicação das Equações Diferenciais quando da formulação e resolução de problemas fundamentais para a Física;
- Estabelecer e discutir os limites de aplicabilidade de todas as possíveis soluções matemáticas para um determinado problema físico;
- Proporcionar aos educandos a capacidade de reflexão a respeito da estreita conexão entre Matemática e Física e de como tal harmonia é importante quando da abordagem e compreensão dos fenômenos naturais.

Referências Básicas

- [1]-MACHADO, Kleber Daum. Equações Diferenciais Aplicadas. Volume 1. Ponta Grossa-PR: TODAPALAVRA, 2012.
- [2]-DIACU, Florin. Introdução a Equações Diferenciais – Teoria e Aplicações. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
- [3]-NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Volumes 1, 2 e 3. 4ª ed. São Paulo: Blücher, 2002.

Referências Complementares

- [1]-BOYCE, W. E. e DIPRIMA, R.C. Equações Diferenciais Elementares e Problemas de Valores de Contorno. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- [2] - HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e WALKER, J. Fundamentos de Física. 8ª ed. Volumes 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- [3] – SERWAY, R. e Jr, J. W. J. Princípios de Física. Volumes 1, 2 e 3 – Mecânica Clássica, Termodinâmica e Eletromagnetismo. Tradução da 3ª edição norte-americana. São Paulo: Thomson, 2007.
- [4] - TIPLER, P. A. e MOSCA, G. Física - Mecânica, Termodinâmica, Eletricidade e Magnetismo. Volumes 1 e 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- [5] - MARION, J. B. and THORNTON, S.T. Classical Dynamics of Particles and Systems. 4ª ed. Florida-USA: Harcourt Brace and Company, 1995.



TERMODINÂMICA

Código: 29

Carga Horária: 60 h

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física

Pré-requisito: Cálculo de Funções de mais de uma Variável e Fluidos e Ondas

EMENTA

Temperatura. Calor. Primeira lei da Termodinâmica. Propriedade dos Gases. Segunda lei da Termodinâmica. Teoria cinética dos gases. Noções de mecânica estatística.

Competências e Habilidades

- Dominar princípios gerais e fundamentos da Termodinâmica;
- Descrever e explicar fenômenos naturais, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios da termodinâmica;
- Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
- Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados;
- Conhecer e absorver novas técnicas, métodos ou uso de instrumentos, seja em medições, seja em análise de dados teóricos ou experimentais;
- Utilizar os conhecimentos sobre termodinâmica para prevenção de acidentes domésticos ou situações do cotidiano que envolvam risco à saúde em potencial;
- Relacionar e conciliar a teoria abordada em sala de aula com a prática vivenciada na disciplina Laboratório de Termodinâmica.

Referências Básicas

- [1] - NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 2. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.
[2] - HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física. Vol. 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
[3] - SERWAY, Raymond A.; JEWETT, Jonh W. Princípios de Física. Vol. 2. 1ª ed. Rio de Janeiro; Thomson, 2004.

Referências Complementares

- [1] - HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física. Vol. 2. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
[2] - TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros. Vol. 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
[3] - FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2008.
[4] - OLIVEIRA, Mario José de. Termodinâmica. 2ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.
[5] - YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger A. Física. Vol. 2. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008.

 LABORATÓRIO DE TERMODINÂMICA	
Código: 30	Carga Horária: 30 h
Eixo: Conhecimentos Específicos da Física	Pré-requisito: Laboratório de Fluidos e Ondas
EMENTA	

Experimentos sobre temperatura, calor, primeira lei da Termodinâmica, propriedade dos gases, segunda lei da Termodinâmica e teoria cinética dos gases.

Competências e Habilidades

- Dominar princípios gerais e fundamentos da Termodinâmica;
- Descrever e explicar fenômenos naturais, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios da termodinâmica;
- Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
- Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados;
- Conhecer e absorver novas técnicas, métodos ou uso de instrumentos, seja em medições, seja em análise de dados teóricos ou experimentais;
- Utilizar os conhecimentos sobre termodinâmica para prevenção de acidentes domésticos, no laboratório de física ou situações do cotidiano que envolvam risco à saúde em potencial;
- Relacionar e conciliar a prática vivenciada no laboratório de física com a teoria abordada na disciplina Termodinâmica

Referências Básicas

[1] - CAMPOS, A. A. Física experimental básica na universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

[3] - PERUZZO, Jucimar. Experimentos de Física básica: termodinâmica, ondulatória e ótica. 1 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

[3] - PIACENTINI, J. J. de, et al. Introdução ao laboratório de Física. 2 ed. Florianópolis: editora UFSC, 2005.

Referências Complementares

[1] - HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física. Vol. 2. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

[2] - SERWAY, Raymond A.; JEWETT, Jonh W. Princípios de Física. Vol. 2. 1ª ed. Rio de Janeiro; Thomson, 2004.

[3] - FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2008.

[4] - OLIVEIRA, Mario José de. Termodinâmica. 2ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

[5] - YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger A. Física. Vol. 2. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008.

	
PROJETO INTEGRADOR 5	
Código: 31	Carga Horária: 45h
Eixo: Integrador	Pré-requisito: Não há
EMENTA	
A ser definida pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.	

Competências e Habilidades

- Desenvolver habilidades de relações interpessoais, de colaboração, de liderança e de comunicação, de forma a articular trabalhos realizados em grupo;
- Adquirir uma atitude interdisciplinar, a fim de descobrir o sentido dos conteúdos estudados;
- Elaborar e apresentar um projeto de investigação numa perspectiva interdisciplinar, tendo como principal referência os conteúdos ministrados ao longo do semestre cursado e sua relação com o tema previamente escolhido;
- Adquirir habilidades de expressão e comunicação oral ao apresentar o projeto elaborado no período dedicado aos seminários integradores.

Referências Básicas

Definidas pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.

Referências Complementares

Definidas pelo coordenador do projeto integrador de acordo com o tema escolhido pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Código: 32

Carga Horária: 45h

Eixo: Conhecimentos Pedagógicos

Pré-requisito: Didática

EMENTA

Diversidade geracional na Educação de Jovens e Adultos (EJA); Fundamentos históricos e legais da EJA; Pressupostos teórico-metodológicos da EJA; Inclusão Social e EJA; Organização e adaptação curricular; Metodologias de ensino e processo de avaliação em EJA; Políticas públicas para a EJA; A EJA no contexto regional e local.

Competências e Habilidades

- Observar as práticas pedagógicas em EJA, analisando em consonância com a diversidade geracional e as metodologias de ensino e processo de avaliação;
- Identificar a modalidade de educação para jovens e adultos – EJA – como uma política de inclusão social;
- Conhecer os fundamentos legais que regem o atual sistema nacional de Educação para Jovens e Adultos;
- Discutir princípios norteadores da EJA no Brasil, as influências externas, bem como as políticas públicas que a fomentam;
- Entender a abrangência e o contexto da realidade social, econômica e política, na qual se insere o complexo educacional voltado para a EJA;
- Investigar nos sistemas estadual e municipal a abrangência e aplicabilidade das políticas públicas na operacionalização da EJA;
- Analisar as complexidades e especificidades da EJA de forma integral/inclusiva/contextualizada em ambientes formais, informais e prisionais.

Referências Básicas

- [1] GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teorias, práticas e propostas**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [2] MOURA, Tânia M^a de Melo. **Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais**. Porto Alegre: Autêntica, 2010.
- [3] FERREIRA, M^a José de Rezende [et.all.]. **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Recife: Liber, 2012.

Referências Complementares

- [1] BARONE, R. E. M. **Educação de Jovens e Adultos: um tema recorrente**. Disponível em: www.senac-nacional.br/./informativo/BTS/261/boltec261c.htm, acessado em 20 de julho de 2003.
- [2] FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- [3] RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leitoras**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.
- [4] SCHEIBEL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana (Orgs.). **Saberes e singularidades na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- [5] TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber/UFF, 2011.



METODOLOGIA DO ENSINO DE FÍSICA

Código: 33

Carga Horária: 45h

Eixo: Conhecimentos Pedagógicos	Pré-requisito: Didática
EMENTA	
<p>Ciências na escola: Contextualização histórica do ensino de Física. Conceitos centrais da didática das Ciências e suas relações com o ensino de Física. Tendências do ensino de Física. Conhecimento físico – questões epistemológicas e curriculares: concepções prévias, adequação conceitual, princípios metodológicos, alternativas metodológicas e procedimentos avaliativos. Materiais didáticos e paradidáticos de Física. Tecnologias aplicadas ao ensino de Física: status atual, limites e possibilidades. Mapas conceituais como ferramenta para o planejamento de aulas de Física, execução e avaliação de atividades de ensino.</p>	
Competências e Habilidades	
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as características da Ciência e as diferentes visões sobre ciência e conhecimento físico na educação básica. • Conhecer técnicas e metodologias de ensino utilizadas no processo de ensino de Ciências e Física. • Compreender a importância do domínio dos objetivos, conteúdos e métodos presentes no ensino de Física enquanto eixo das tarefas de planejamento, direção do processo de ensino e aprendizagem e avaliação. • Analisar de forma reflexiva e crítica situações didáticas e suas relações com a especificidade da área de Física. • Fazer o uso de tecnologias na planejamento, execução e avaliação em atividades práticas de ensino como possibilidades formativas no processo de ensino e aprendizagem da Física. • Propor e elaborar o projeto de pesquisa a ser aplicado no Estágio Supervisionado e utilizado como base para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). 	
Referências Básicas	
<p>[1]-CARVALHO, A. M. P. Física: proposta para um ensino construtivista. São Paulo: E.P.U., 1989.</p> <p>[2]-BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. Estratégias de Ensino-Aprendizagem. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.</p> <p>[3]-DELIZOICOV, D. E ANGOTTI, J. A Metodologia do Ensino de Ciências. São Paulo: Cortez, 1990.</p> <p>[4]-GREF- Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Leituras de Física (Mecânica, Física Térmica, Óptica e Eletromagnetismo). Disponível em: http://www.if.usp.br/gref/pagina01.html.</p>	
Referências Complementares	
<p>[1]-MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T. e BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.</p> <p>[2]-CARVALHO, A. M. P. et al. Ensino de Física. São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Coleção Ideias em ação).</p> <p>[3]-NARDI, R. Pesquisa em Ensino de Física. São Paulo: Escrituras, 2001.</p> <p>[4]-BIZZO, N.M.V. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo, Editora Ática, 1998.</p> <p>[5]-PERIÓDICOS: Revista Brasileira de Ensino de Física, A Física na Escola e Caderno Brasileiro de Ensino de Física.</p>	

 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	
Código: 34	Carga Horária: 60h
Eixo: Geral e Interdisciplinar	Pré-requisito: Não há

EMENTA

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), caracterização, leis e decretos. Fundamentos dos aspectos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a comunidade surda. Evolução histórica da educação de surdos. Cultura e identidade surda. Inclusão do aluno surdo na educação básica. Introdução aos aspectos linguísticos da LIBRAS: fonologia, morfologia e sintaxe. Vocabulário básico da LIBRAS. Tecnologias e surdez.

Competências e Habilidades

- Analisar os instrumentos legais que regulamentam a inclusão da pessoa com surdez no atual sistema de ensino público e privado;
- Refletir os fundamentos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a afirmação cultural da comunidade surda;
- Conhecer a evolução histórica da educação de surdos ao longo dos séculos para contextualizar o ensino nos dias atuais;
- Reconhecer a Libras como língua, enfatizando os aspectos culturais e identitários da comunidade surda;
- Delinear a inclusão do aluno surdo no ambiente educacional para respeito às diferenças, reconhecimento e valorização da diversidade;
- Compreender os aspectos linguísticos introdutórios, seus processos de construção, disseminação e uso da Libras;
- Adquirir vocabulário básico da Libras para o estabelecimento de uma comunicação inicial com pessoas surdas;
- Expandir o uso da Libras legitimando-a como primeira língua da pessoa surda;
- Usar as tecnologias para aprimoramento da prática pedagógica e ampliação da formação cultural e cognoscitiva do estudante surdo;
- Desenvolver ações de pesquisa, avaliação, criação e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação para a pessoa com surdez.

Referências Básicas

- [1] CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por língua brasileira de sinais**. 4. ed. Brasília: Senac/DF, 2013. 269 p. ISBN 978-85-98694-11-5 (broch.
- [2] GESSER, Audrei. **Libras?: que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. 87 p. (Estratégias de ensino; 14). ISBN 978-85-7934-001-7.
- [3] PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Referências Complementares

- [1] BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais**. Global Editora, 2011.
- [2] FERNANDES, Eulalia. **Surdez e bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- [3] LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.
- [4] QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004. 224 p. ISBN 978-85-363-0308-6.
- [5] SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Nuria; ARANTES, Valeria Amorim. **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. 2. ed. Sao Paulo: Summus, 2007.



ELETRICIDADE

Código: 35

Carga Horária: 60 h

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física	Pré-requisito: Mecânica II e Cálculo Vetorial
EMENTA	
Cargas elétricas. Campo elétrico. Lei de Gauss. Potencial elétrico. Capacitância. Corrente elétrica. Circuitos de corrente contínua.	
Competências e Habilidades	
<ul style="list-style-type: none"> • Dominar princípios gerais e fundamentos da Eletricidade; • Descrever e explicar fenômenos elétricos, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios da eletricidade; • Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados; • Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados; • Conhecer e absorver novas técnicas, métodos ou uso de instrumentos, seja em medições, seja em análise de dados teóricos ou experimentais; • Utilizar os conhecimentos sobre eletricidade para prevenção de acidentes domésticos ou situações do cotidiano que envolvam risco à saúde em potencial. 	
Referências Básicas	
<p>[1] - NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 3. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.</p> <p>[2] - HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física. Vol. 3. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.</p> <p>[3] - SERWAY, Raymond A.; JEWETT, Jonh W. Princípios de Física. Vol. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thomson, 2004.</p>	
Referências Complementares	
<p>[1] - HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física. Vol. 3. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.</p> <p>[2] - TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros. Vol. 2. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.</p> <p>[3] - FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p> <p>[4] - ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física: um curso universitário. Vol. 2. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.</p> <p>[5] - YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger A. Física. Vol. 3. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008.</p>	



INSTRUMENTAÇÃO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Código: 36

Carga Horária: 60 h

Eixo: Integrador

Pré-requisito: Didática

EMENTA

Diretrizes curriculares para o ensino de Ciências no Ensino Fundamental Maior. Caracterização do Ensino de Ciências Naturais/Física no Ensino Fundamental. Dificuldade de aprendizagem de conceitos básicos de física, origens e consequências para o ensino. Estratégias metodológicas para o desenvolvimento de conteúdos, experimentos, modelos, vídeos, jogos e softwares educativos. A experimentação e a inclusão. Organização e segurança em laboratório escolar. Elaboração de materiais didáticos. Elaboração e formas de avaliação. A Instrumentação e, em especial a experimentação no ensino de Ciências Naturais/Física. Planejamento de roteiros de práticas experimentais abordando os Eixos temáticos: Terra e Universo; Vida e Ambiente; Ser Humano e Saúde; Tecnologias e Sociedade. Temas Transversais e Ciências Naturais. O uso e construção de materiais alternativos e de fácil acesso na realização de experimentos.

Competências e Habilidades

- Definir objetivos, conteúdos, métodos e processos de avaliação para as Ciências Naturais/Física no Ensino Fundamental, conforme PCNs;
- Compreender o papel da instrumentação e experimentação para o ensino de Ciências Naturais;
- Entender a importância da organização, do funcionamento e da segurança no laboratório escolar;
- Saber trabalhar em laboratório e saber usar a experimentação em Ciências e Física como recurso didático;
- Produzir roteiros de práticas experimentais e desenvolver experimentos com o uso de materiais alternativos e de fácil acesso;
- Construir materiais considerando a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Entender os limites e potencialidades envolvidas na instrumentação para o ensino de Ciências e Física.

Referências Básicas

[1]- WEISSMANN, Hilda. Didática das ciências naturais. Porto Alegre, 1998.

[2]-PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais. Porto Alegre: Artmed, 2001.

[3]-BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.

[4]-CARVALHO Jr, Gabriel Dias de. Aula de Física - Do planejamento à avaliação. 1ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

[5]-LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; ÁLVARES, Beatriz Alvarenga. Curso de física. Vols. 1,2 e 3. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2006.

[6]-GASPAR, Alberto. Física. Vols. 1, 2 e 3. 2 ed. São Paulo: Ática, 2010.

Referências Complementares

[1]-GREF - Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Leituras de Física (Mecânica, Física Térmica, Óptica e Eletromagnetismo). Disponível em: <http://www.if.usp.br/gref/pagina01.html>.

[2]-VALADARES, Eduardo de Campos. Física mais que divertida. 3ª ed. Editora da UFMG, 2012.

[3]-REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA (versão eletrônica): Disponível em: <www.sbfisica.org.br/rbef; www.scielo.br/rbef. SBF.>. Acesso em: 21 mar. 2016.

[4]-CADERNO BRASILEIRO DE ENSINO DE FÍSICA. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Física da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

[5]-A FÍSICA na Escola. Sociedade Brasileira de Física, São Paulo, 2000-2012. Disponível em: < <http://www.sbfisica.org.br/fne/> >. Acesso em: 21mar. 2016.

[6]-SCIENTIFIC American Brasil. Disponível em: < www2.uol.com.br/sciam>. Acesso em: 21 mar. 2016.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Código: 37

Carga Horária: 30h+50h+20h = 100 h

Estágio de Observação com Coparticipação no Ensino Fundamental Maior

Pré-requisito: Didática

EMENTA

Orientações e fundamentos do estágio. Imersão no contexto profissional tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à observação e coparticipação em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofertem os anos finais do Ensino Fundamental. Vivência do contexto escolar compreendendo o espaço da sala de aula, com vistas a focalizar questões relacionadas aos aspectos físicos, administrativos e pedagógicos e ao processo de ensino aprendizagem da área de formação do estagiário, visando à preparação da Regência Compartilhada no estágio posterior.

30 h - Orientações e fundamentos do estágio: paradigmas, processos e elementos da Formação Profissional; Normas regulamentadoras do estágio. Pesquisa em Ensino de Ciências, Matemática e Informática e produção de conhecimento sobre a prática docente. Análise de conteúdos, de propostas curriculares, metodologia, avaliações, livros-texto e planejamentos das modalidades do Ensino Fundamental II da área de Ciências, Matemática e Informática. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação da Prática Profissional I: Diário de bordo.

50 h – Observação de estrutura física e material, espaços coletivos, gestão administrativa e pedagógica, projeto político pedagógico e regimento escolar, colegiados e planejamentos. Práticas de observação sobre temas diversos: Planejamento, execução e avaliação de estratégias didáticas, metodologias e outros. Observação e análise da prática docente/regência no ensino fundamental do 6º ao 9º ano e co-participação. Observação com visitas a indicações de seu objeto de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

20h- Organização e estruturação do instrumento avaliação de formação profissional: Diário de bordo. Socialização das experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado a partir da sistematização de análise individual e coletiva.

Competências e Habilidades

- Desenvolver um saber da experiência teorizado que permita: analisar situações; analisar-se na situação; avaliar as estratégias desenvolvidas; apontando ferramentas inovadoras da prática docente.
- Utilizar diferentes fontes e veículos de informação, adotando uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para mudanças, e fomento pela produção escrita como instrumento de desenvolvimento profissional
- Considerar seus conhecimentos prévios sobre a realidade para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- Refletir sobre a organização e gestão da escola para uma inserção profissional crítica;
- Planejar seu roteiro de observação e co-participação otimizando sua inserção no ambiente escolar;
- Analisar situações e relações interpessoais que ocorrem na escola, considerando algum aporte teórico necessário à compreensão para o exercício docente;
- Analisar diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental para produção de registros crítico-reflexivo do aprendizado profissional;
- Trabalhar de forma cooperativa, interagindo com as equipes e valorizando a diversidade nos grupos;
- Adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para a pesquisa de diversas formas de ensinar e aprender utilizando diferentes fontes e veículos de informação;
- Analisar documentos para produção de registros crítico-reflexivo do aprendizado profissional;
- Identificar aspectos críticos da prática profissional relacionando-os com o conhecimento pedagógico e específicos para análise coletiva.
- Indicar possíveis objetos de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Sistematizar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado por meio da socialização da análise individual e coletiva.

Referências Básicas

- [1] GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [2] PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p. ISBN 978-85-7307-637-0 (broch.).
- [3] PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

Referências Complementares

- [1] CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- [2] CARVALHO, Mercedes. **Estágio na Licenciatura em Matemática: observações nos anos iniciais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- [3] LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- [4] MOREIRA, Plínio Cavalcanti; DAVID, Maria Manuela M.S. **A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente**. Coleção Tendências em educação matemática, Belo horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- [5] SELBACH, Simone.(org.). **Matemática e didática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (coleção como bem ensinar).



EDUCAÇÃO ESPECIAL

Código: 38

Carga Horária: 60h

Eixo: Conhecimentos Pedagógicos

Pré-requisito: Didática

EMENTA

Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento e paradigmas. Legislação e Políticas Públicas para a educação especial. O público alvo da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Currículo, metodologias de ensino e avaliação. Tecnologia assistiva e acessibilidade. Atendimento Educacional Especializado (AEE); Cenário regional e local da educação especial.

Competências e Habilidades

- Refletir sobre a trajetória histórica da educação especial à educação inclusiva, destacando os modelos de atendimento e seus paradigmas;
- Compreender os fundamentos legais e as políticas públicas que orientam a organização e funcionamento do ensino para a inclusão escolar;
- Reconhecer o público alvo da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação;
- Situar os princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- Caracterizar a educação especial, organização curricular, terminalidade específica, metodologias de ensino e avaliação;
- Identificar os recursos da tecnologia assistiva, bem como de acessibilidade para uso competente tendo em vista o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação das possibilidades de acesso e permanência no ensino básico e superior;
- Adaptar os procedimentos técnicos, avaliativos e metodológicos, as estratégias de ensino e aprendizagem para atender as necessidades especiais em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;
- Conhecer as finalidades, organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na Educação Especial no Sistema Regular de Ensino;
- Desenvolver ações de pesquisa, avaliação, criação e aplicação que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar com intencionalidade pedagógica, valorização e aperfeiçoamento do ensino do público alvo da educação especial;
- Conhecer as especificidades, necessidades e potencialidades da educação especial identificando as modalidades de atendimento da Educação Especial no Sistema Regular de Ensino.

Referências Básicas

- [1] BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (Org.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 223 p. (Educação especial). ISBN 978-85-308-0515-9 (broch.).
- [2] CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação especial**. 4.ed. São Paulo: WVA, 2009.
- [3] CORREIA, L. de M. **Dez anos de Salamanca: Portugal e os alunos com necessidades educacionais especiais**. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. 318 p. ISBN 978-85-323-0078-2 (broch.).

Referências Complementares

- [1] BIANCHETE, Lúcio (org). **Um olhar sobre a diferença**. São Paulo: Papyrus, 1998.
- [2] BRASIL, Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educar na Diversidade**. Módulo 02: o enfoque da educação inclusiva. Brasília: 2005.
- [3] _____. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.
- [4] LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.
- [5] MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Código: 39

Carga Horária: 45h

Eixo: Conhecimentos Pedagógicos

Pré-requisito: Não há

EMENTA

Educação e Trabalho. História da educação profissional no Brasil; A Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e inclusão social; Fundamentos legais e conceituais, princípios, pressupostos políticos teóricos e metodológicos da EPT, Diretrizes da EPT; Organização estrutural da Educação Profissional e Tecnológica; Currículo integrado.

Competências e Habilidades

- Analisar a trajetória histórica da rede de Educação Profissional no Brasil;
- Apreender os fundamentos conceituais, princípios, pressupostos, características e diretrizes da Educação Profissional no Brasil;
- Refletir sobre as mudanças organizacionais e os impactos das inovações tecnológicas na relação educação e trabalho;
- Conhecer as atuais políticas para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil;
- Identificar os impactos da Educação Profissional e Tecnológica para a inclusão social;
- Reconhecer a importância e o papel social das instituições de Educação Profissional e Tecnológica no conjunto das políticas de Educação Profissional em curso no país;
- Pesquisar sobre a organização curricular integrada em escolas da rede de educação profissional e tecnológica.

Referências Básicas

- [1] ALMEIDA, Ivanete Bellucci; BATISTA, Sueli Soares dos Santos (Org.). **Educação Tecnológica**: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- [2] GOMEZ, Carlos Minayo [et. all.]. **Trabalho e Conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- [3] MANFREDI, Silvia M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

Referências Complementares

- [1] ARRUDA, M. **A formação que interessa à classe trabalhadora**. In: Revista Educação e Sindicalismo. Projeto Integral, 1998. pp. 64-67.
- [2] BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília-DF, 1996.
- [3] BRASIL, Ministério da Educação e Cultura: **Educação Profissional**: Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 2000.
- [4] _____ / PDE / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica**: concepção e diretrizes. Brasília, 2010.
- [5] SANTOS, Jurandir. **Educação Profissional e Práticas de Avaliação**. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2010.



TÓPICOS DE QUÍMICA

Código: 40

Carga Horária: 45h

Eixo: Geral e Interdisciplinar

Pré-requisito: Não há

EMENTA

Estrutura atômica. Ligação química e geometria molecular. Reações químicas: evidências, tipos e balanceamento, estequiometria, sistemas e soluções; cinética química; equi-líbrio químico, pH; estrutura das moléculas orgânicas, regras básicas de nomenclatura, isomeria plana e geométrica, funções orgânicas.

Competências e Habilidades

- Esquematizar as configurações eletrônicas dos diferentes elementos segundo o modelo atual;
- Avaliar a manifestação das leis da termodinâmica, princípios da cinética química, equilíbrio químico e iônico e os conceitos de óxido-redução;
- Explicar, diferenciar e prever os diversos tipos de ligações;
- Relacionar os diversos tipos de concentração das substâncias;
- Justificar propriedades físicas com base na estrutura molecular;
- Compreender e relacionar os diferentes tipos de concentrações;
- Balancear equações químicas;
- Conhecer as funções orgânicas mais representativas e praticar nomenclatura usual e oficial (IUPAC).

Referências Básicas

- [1]-BROWN, T. L.; LEMAY J. R. H. E.; BURSTEN, B. E.; BURDGE, J. R. Química, a ciência central. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- [2]-RUSSEL, J. B. Química Geral. 2.ed.v.1. São Paulo: Makron Books, 1994.
- [3]-MAHAN, B. M.; MYERS, R. J. Química um curso universitário. São Paulo: Edgard Blucher, 2000.

Referências Complementares

- [1]-MASTERTON, W. L.; SLOWINSKI, E. J.; STANITSKI, C. L. Princípios de Química, Rio de Janeiro: LTC, 1990.
- [2]-CONSTANTINO, M. G.; DONATE, P. M.; SILVA, G. V. J. Fundamentos de Química Experimental. São Paulo: EDUSP, 2004.
- [3]-JOHN, C. K.; PAUL M. T.; GABRIELA, C. W. Química Geral e Reações Químicas. Vol. 1 - Tradução da 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- [4]-ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- [5]-KOTZ, J. C.; TREICHEL. P. Química e Reações Químicas. 4 ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2002.



ELETROMAGNETISMO

Código: 41

Carga Horária: 60 h

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física

Pré-requisito: Equações Diferenciais Aplicadas e Eletricidade

EMENTA

Campo magnético. Lei de Ampère. Lei da Indução. Circuito RLC. Materiais magnéticos. Equações de Maxwell. Ondas eletromagnéticas.

Competências e Habilidades

- Dominar princípios gerais e fundamentos do Eletromagnetismo;
- Descrever e explicar fenômenos eletromagnéticos, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios do eletromagnetismo;
- Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
- Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados;
- Conhecer e absorver novas técnicas, métodos ou uso de instrumentos, seja em medições, seja em análise de dados teóricos ou experimentais;
- Utilizar os conhecimentos sobre eletromagnetismo para prevenção de acidentes domésticos ou situações do cotidiano que envolvam risco à saúde em potencial;
- Relacionar e conciliar a teoria abordada em sala de aula com a prática vivenciada na disciplina Laboratório de Eletromagnetismo.

Referências Básicas

[1] - NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 3. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.

[2] - HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física. Vol. 3. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

[3] - TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros. Vol. 2. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

Referências Complementares

[1] - HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física. Vol. 3. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

[2] - SERWAY, Raymond A.; JEWETT, Jonh W. Princípios de Física. Vol. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro; Thomson, 2004.

[3] - FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vol. 2. Porto Alegre: Bookman, 2008.

[4] - ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física: um curso universitário. Vol. 2. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.

[5] - YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger A. Física. Vol. 3. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008.



LABORATÓRIO DE ELETROMAGNETISMO

Código: 42

Carga Horária: 30 h

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física

Pré-requisito: Eletricidade e Laboratório de Termodinâmica

EMENTA

Experimentos envolvendo cargas elétricas, campo elétrico, potencial elétrico, capacitância, corrente elétrica, circuitos de corrente contínua, campo magnético, lei da Indução, circuito RLC, ondas eletromagnéticas.

Competências e Habilidades

- Dominar princípios gerais e fundamentos do Eletromagnetismo;
- Descrever e explicar fenômenos eletromagnéticos, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios do eletromagnetismo;
- Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
- Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados;
- Conhecer e absorver novas técnicas, métodos ou uso de instrumentos, seja em medições, seja em análise de dados teóricos ou experimentais;
- Utilizar os conhecimentos sobre eletromagnetismo para prevenção de acidentes domésticos ou situações do cotidiano que envolvam risco à saúde em potencial;
- Relacionar e conciliar a prática vivenciada na disciplina Laboratório de Eletromagnetismo com a teoria abordada em sala de aula na disciplina Eletromagnetismo.

Referências Básicas

[1] - CAMPOS, A. A. Física experimental básica na universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

[2] - PERUZZO, Jucimar. Experimentos de Física básica: eletromagnetismo, física moderna e ciências espaciais. 1 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2013.

[3] - CAPUANO, F. G.; MARINO, M. A. M. Laboratório de eletricidade e eletrônica. São Paulo: Érica, 2003.

Referências Complementares

[1] - HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física. Vol. 3. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

[2] - SERWAY, Raymond A.; JEWETT, Jonh W. Princípios de Física. Vol. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro; Thomson, 2004.

[3] - FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vol. 2. Porto Alegre: Bookman, 2008.

[4] - ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física: um curso universitário. Vol. 2. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.

[5] - YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger A. Física. Vol. 3. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008.



ELETIVA 1

Código: 43

Carga Horária: 30h

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física

Pré-requisito: a definir

EMENTA

A ementa dependerá da componente curricular a ser escolhida, antes do início do período letivo, pelo Colegiado de Curso dentre o rol de disciplinas eletivas 1. **O rol das disciplinas eletivas 1 é voltado ao Ensino de Física.**

Competências e Habilidades

Definidas de acordo com a componente curricular a ser escolhida, antes do início do período letivo, pelo Colegiado de Curso dentre o rol de disciplinas eletivas 1.

Referências Básicas

Definidas de acordo com a componente curricular a ser escolhida, antes do início do período letivo, pelo Colegiado de Curso dentre o rol de disciplinas eletivas 1.

Referências Complementares

Definidas de acordo com a componente curricular a ser escolhida, antes do início do período letivo, pelo Colegiado de Curso dentre o rol de disciplinas eletivas 1.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Código: 44

Carga Horária: 20h+60h+20h = 100h

Estágio de Regência no Ensino Fundamental II

Pré-requisito: Estágio Supervisionado I

EMENTA

Orientações e fundamentos do estágio. Vivência do contexto profissional em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofereçam o Ensino Fundamental nos anos finais, tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à Observação para conhecimento da turma e preparação para a Regência Compartilhada propriamente dita, envolvendo Planejamento, Execução e Avaliação de atividades inerentes ao curso, modalidade e nível de ensino da turma escolhida.

20 h - Elementos da Prática. Planejamento participativo da ação pedagógica no Ensino Fundamental II: Contextualização curricular. Metodologias de ensino, Instrumentos avaliativos e Micro aulas. Flexibilização dos planos em função das aprendizagens dos alunos. Análise de Livros-textos. Diferentes meios de construção do conhecimento e integração de tecnologias. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação: Relato de Experiência.

60 h - Regência compartilhada em escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental II. Diferentes meios de ensinar e aprender. Integração dos diferentes tipos de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Observação e regência com visitas às indicações de seu objeto de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Promoção e/ou participação de trabalhos em equipes e de exposições à comunidade.

20 h- Organização e estruturação do instrumento de formação profissional: Relato de Experiência.

Socialização das experiências do estágio supervisionado II a partir da sistematização e análise individual e coletiva.

Competências e Habilidades

- Adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para pesquisar, bem como aplicar diversas formas de ensinar utilizando diferentes fontes e veículos de informação;
- Utilizar os conteúdos básicos relacionados aos temas em estudo que serão objeto da atividade docente, adequando-os às atividades escolares próprias do Ensino Fundamental II;
- Relacionar os conteúdos básicos das áreas de conhecimento com:
 - Fatos, tendências, fenômenos ou movimentos da atualidade;
 - Fatos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos;
- Desenvolver situações didáticas que possibilitem a aprendizagem dos alunos através da utilização dos conhecimentos das áreas a serem ensinadas considerando as especificidades envolvidas;
- Planejar e simular situações didáticas;
- Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de acolhimento, autonomia e confiança com os discentes;
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formularem propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento dos estudantes.
- Analisar materiais e recursos para utilização didática, possibilitando diversificar as possíveis atividades em diferentes situações;
- Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável;
- Indicar possíveis objetos de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Sistematizar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado para socialização da análise individual e coletiva.

Referências Básicas

- [1] CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- [2] PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- [3] ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998. 224 p. ISBN 978-85-7307-426-0 (broch.).

Referências Complementares

- [1] ALVES, Nilda (org.). **Formação de professores: pensar e fazer**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [2] CANDAU, Vera Maria (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 318 p. ISBN 978-85-326-1844-3 (broch.).
- [3] LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- [4] PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- [5] SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. **Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar Matemática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



ÓPTICA

Código: 45

Carga Horária: 60 h

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física

Pré-requisito: Eletromagnetismo

EMENTA

Óptica geométrica. Interferência. Difração e Polarização.

Competências e Habilidades

- Dominar princípios gerais e fundamentos da óptica;
- Descrever e explicar fenômenos ópticos, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios da óptica;
- Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
- Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados;
- Conhecer e absorver novas técnicas, métodos ou uso de instrumentos, seja em medições, seja em análise de dados teóricos ou experimentais;
- Utilizar os conhecimentos sobre óptica para prevenção de acidentes domésticos ou situações do cotidiano que envolvam risco à saúde em potencial;
- Relacionar e conciliar a teoria abordada em sala de aula com a prática vivenciada na disciplina Laboratório de Óptica e Física Moderna.

Referências Básicas

- [1] - NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 4. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.
[2] - HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física. Vol. 4. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
[3] - TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros. Vol. 2. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

Referências Complementares

- [1] - HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física. Vol. 4. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
[2] - SERWAY, Raymond A.; JEWETT, Jonh W. Princípios de Física. Vol. 4. 1ª ed. Rio de Janeiro; Thomson, 2004.
[3] - FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vol. 2. Porto Alegre: Bookman, 2008.
[4] - ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física: um curso universitário. Vol. 2. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.
[5] - YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger A. Física. Vol. 4. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008.

	FÍSICA MODERNA
---	-----------------------

Código: 46	Carga Horária: 60 h
------------	---------------------

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física	Pré-requisito: Eletromagnetismo
---	---------------------------------

EMENTA

Revisão sobre as origens clássicas e o estabelecimento dos fundamentos quânticos da Física Moderna. Relatividade Restrita. Radiação termica e postulados de Planck. Fótons: Propriedades corpusculares da radiação. Postulado de de Broglie e as propriedades ondulatórias das partículas. Modelo de Bohr para o átomo. Fundamentos quânticos: A equação de Schrödinger. Soluções da equação de Schrödinger independente do tempo.

Competências e Habilidades

- Dominar princípios gerais e fundamentos da física moderna;
- Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
- Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados;
- Conhecer e absorver novas técnicas, métodos ou uso de instrumentos, seja em medições, seja em análise de dados teóricos ou experimentais;
- Relacionar e conciliar a teoria abordada em sala de aula com a prática vivenciada na disciplina Laboratório de Óptica e Física Moderna.

Referências Básicas

- [1] - NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 4. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.
 [2] - EISBERG, R. e RESNICK, R. Física Quântica: Átomos, moléculas, sólidos, núcleos e partículas. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
 [3] - TIPLER, P. A.; LLEWELLYN, R. A.; BIASI, R. S. de. Física moderna. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

Referências Complementares

- [1] - BREHM, J.J. e MULLIN, W.J. Introduction to the structure of matter: a course in modern physics. John Wiley & Sons. USA, 1989.
 [2] - CARUSO, F. e OGURI, V. Física Moderna: Origens clássicas e fundamentos quânticos. Editora Elsevier. Rio de Janeiro (2006).
 [3] - HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física. Vol. 4. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
 [4] - SERWAY, Raymond A.; JEWETT, Jonh W. Princípios de Física. Vol. 4. 1ª ed. Rio de Janeiro; Thomson, 2004.
 [5] - FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vols. 2 e 3. Porto Alegre: Bookman, 2008.

	LABORATÓRIO DE ÓPTICA E FÍSICA MODERNA
---	---

Código: 47	Carga Horária: 30 h
------------	---------------------

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física	Pré-requisito: Laboratório de Eletromagnetismo
---	--

EMENTA

Experimentos de óptica geométrica, interferência, difração e polarização. Experimentos de Física Moderna: radiação térmica e postulados de Planck. Propriedades corpusculares da radiação. Postulado de De Broglie: propriedades ondulatórias das partículas. Modelo de Bohr para o átomo.

Competências e Habilidades

- Dominar princípios gerais e fundamentos da física moderna;
- Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
- Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados;
- Conhecer e absorver novas técnicas, métodos ou uso de instrumentos, seja em medições, seja em análise de dados teóricos ou experimentais;
- Relacionar e conciliar a prática vivenciada na disciplina Laboratório de Óptica e Física Moderna com a teoria abordada em sala de aula nas disciplinas de Óptica e de Física Moderna.

Referências Básicas

- [1] - PERUZZO, Jucimar. Experimentos de Física básica: termodinâmica, ondulatória e ótica. 1 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.
- [2] - CAVALCANTE, M. A; TAVOLARO, C.R.; Física Moderna Experimental. 2.ed. Barueri, São Paulo: Editora Manole, 2007.
- [3] - CHESMAN, C, et. al.; Física Moderna: Experimental e aplicada. 2.ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2004.

Referências Complementares

- [1] - CAMPOS, A. A. Física experimental básica na universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- [2] - EISBERG, R. e RESNICK, R. Física Quântica: Átomos, moléculas, sólidos, núcleos e partículas. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- [3] - TIPLER, P. A.; LLEWELLYN, R. A.; BIASI, R. S. de. Física moderna. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
- [4] - BREHM, J.J. e MULLIN, W.J. Introduction to the structure of matter: a course in modern physics. John Wiley & Sons. USA, 1989.
- [5] - CARUSO, F. e OGURI, V. Física Moderna: Origens clássicas e fundamentos quânticos. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2006.

		TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I - TCC I	
Código: 48		Carga Horária: 60h	
Eixo: Integrador		Pré-requisito: Instrumentação para o Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado II	
EMENTA			

Pesquisa em ensino na licenciatura de Física. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa. Métodos quantitativos e qualitativos. Definição e delimitação da pesquisa. Orientações para elaboração e execução do projeto de TCC.

Competências e Habilidades

- Redigir e qualificar um projeto de pesquisa científica atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso.

Referências Básicas

- [1] KAHLMEYER-MERTENS, Roberto S. et. al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- [2] MOREIRA, Marco Antônio. **Metodologias de pesquisa em ensino**. São Paulo: Livraria da Física, 2011.
- [3] SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Trabalho de conclusão de curso (TCC): guia de elaboração passo a passo**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Referências Complementares

- [1] ANDRADE, M. M. de. **Redação Científica: elaboração do TCC passo a passo**. São Paulo: Factash, 2007.
- [2] CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- [3] COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- [4] DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [5] FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final - Monografia, Dissertação e Tese**. São Paulo: Contexto, 2011.



INSTRUMENTAÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO

Código: 49

Carga Horária: 60 h

Eixo: Integrador

Pré-requisito: Instrumentação para o Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado II

EMENTA

Diretrizes curriculares para o ensino de física no ensino médio. Caracterização do ensino de física no ensino médio. Dificuldade de aprendizagem de conceitos básicos de física, origens e consequências para o ensino. Estratégias metodológicas para o desenvolvimento de conteúdos, experimentos, modelos, vídeos, jogos e softwares educativos. A experimentação e a inclusão. Organização e segurança em laboratório escolar. Elaboração de materiais didáticos. Elaboração e formas de avaliação. A instrumentação e a experimentação no ensino de física. Planejamento de roteiros de práticas experimentais abordando os eixos temáticos: Terra e Universo; Vida e Ambiente; Ser Humano e Saúde; Tecnologias e Sociedade. Temas Transversais e Ciências Naturais. O uso e construção de materiais alternativos e de fácil acesso na realização de experimentos.

Competências e Habilidades

- Definir objetivos, conteúdos, métodos e processos de avaliação para as Ciências Naturais/Física no Ensino Fundamental, conforme PCNs;
- Compreender o papel da instrumentação e experimentação para o ensino de Ciências Naturais;
- Entender a importância da organização, do funcionamento e da segurança no laboratório escolar;
- Saber trabalhar em laboratório e saber usar a experimentação em Ciências e Física como recurso didático;
- Produzir roteiros de práticas experimentais e desenvolver experimentos com o uso de materiais alternativos e de fácil acesso;
- Construir materiais considerando a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Entender os limites e potencialidades envolvidas na instrumentação para o ensino de Ciências e Física.

Referências Básicas

- [1]- WEISSMANN, Hilda. Didática das ciências naturais. Porto Alegre, 1998.
- [2]-PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- [3]-BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- [4]-CARVALHO Jr, Gabriel Dias de. Aula de Física - Do planejamento à avaliação. 1ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.
- [5]-LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; ÁLVARES, Beatriz Alvarenga. Curso de física. Vols. 1,2 e 3. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2006.
- [6]-GASPAR, Alberto. Física. Vols. 1, 2 e 3. 2 ed. São Paulo: Ática, 2010.

Referências Complementares

- [1]-GREF - Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Leituras de Física (Mecânica, Física Térmica, Óptica e Eletromagnetismo). Disponível em: <http://www.if.usp.br/gref/pagina01.html>.
- [2]-VALADARES, Eduardo de Campos. Física mais que divertida. 3ª ed. Editora da UFMG, 2012.
- [3]-REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA (versão eletrônica): Disponível em: <www.sbfisica.org.br/rbef; www.scielo.br/rbef. SBF.>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- [4]-CADERNO BRASILEIRO DE ENSINO DE FÍSICA. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Física da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica>>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- [5]-A FÍSICA na Escola. Sociedade Brasileira de Física, São Paulo, 2000-2012. Disponível em: <<http://www.sbfisica.org.br/fne/>>. Acesso em: 21mar. 2016.
- [6]-SCIENTIFIC American Brasil. Disponível em: <www2.uol.com.br/sciam>. Acesso em: 21 mar. 2016.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Código: 50

Carga Horária: 20h+60h+20h = 100h

Estágio de Observação com Coparticipação e Regência no Ensino Médio

Pré-requisito: Estágio Supervisionado II

EMENTA

Orientações e fundamentos do estágio. Imersão no contexto profissional tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à observação, coparticipação e regência em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofertem o Ensino Médio. Vivência do contexto escolar compreendendo o espaço da sala de aula em particular, com vistas a focalizar questões relacionadas ao processo de ensino aprendizagem da área de formação do estagiário, visando à preparação da Regência Compartilhada.

20 h - Concepções e Práticas pedagógicas no Ensino Médio: Diversidade e Flexibilidade; Espaços e tempos escolares; Materiais didáticos e tecnologias de ensino; Projetos como prática pedagógica; Avaliação de habilidades e competências para o Ensino Médio. Análise de Livros-textos. Diferentes meios de construção do conhecimento e integração de tecnologias. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação: Relatório Reflexivo.

60 h - Práticas de observação sobre temas diversos: Planejamento, execução e avaliação de estratégias didáticas, metodologias e outros. Observação e análise da prática docente/regência no ensino médio Regência compartilhada em escolas públicas e privadas de Ensino Médio. Diferentes meios de ensinar e aprender. Integração dos diferentes tipos de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Definição de seu objeto de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Promoção e/ou participação de trabalhos em equipes e de exposições à comunidade.

20 h - Organização e estruturação do instrumento de formação profissional: Relatório Reflexivo. Socialização das experiências do estágio supervisionado III a partir da sistematização e análise individual e coletiva.

Competências e Habilidades

- Desenvolver um saber da experiência teorizado que permita: analisar situações; analisar-se na situação; avaliar as estratégias desenvolvidas; apontando ferramentas inovadoras da prática docente;
- Utilizar diferentes fontes e veículos de informação, adotando uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para mudanças, e fomento pela produção escrita como instrumento de desenvolvimento profissional;
- Considerar seus conhecimentos prévios sobre a realidade para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- Refletir sobre a organização e gestão da escola para uma inserção profissional crítica;
- Planejar seu roteiro de observação e coparticipação otimizando sua inserção no ambiente escolar;
- Analisar situações e relações interpessoais que ocorrem na escola, considerando algum aporte teórico necessário à compreensão para o exercício docente;
- Analisar diretrizes curriculares para o Ensino Médio para produção de registros crítico-reflexivos do aprendizado profissional;
- Trabalhar de forma cooperativa, interagindo com as equipes e valorizando a diversidade nos grupos;
- Adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para a pesquisa de diversas formas de ensinar e aprender utilizando diferentes fontes e veículos de informação;
- Identificar aspectos críticos da prática profissional relacionando-os com o conhecimento pedagógico e específicos para análise coletiva;
- Sistematizar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado por meio da socialização da análise individual e coletiva.

Referências Básicas

[1] GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.

[2] LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.

[3] PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

[1] CANDAU, Vera Maria (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 318 p. ISBN 978-85-326-1844-3 (broch.).

[2] CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

[3] GUARNIERI, Maria Regina (org.). **Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência**. 2. ed. Campinas: Autores associados, 89 p. (Polêmicas do nosso tempo; 75) ISBN 85-7496-004-7.

[4] PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

[5] PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 287 p. ISBN 978-85249-1762-2 (broch.).

		EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE	
Código: 51		Carga Horária: 45h	
Eixo: Conhecimentos Pedagógicos		Pré-requisito: Educação Especial	
EMENTA			
Cidadania, Direitos Humanos e direito à diversidade nas políticas públicas educacionais: negros, indígenas, quilombolas, povos do campo, gênero, diversidade religiosa e sexual. Direitos humanos e currículo escolar. Relação entre Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável.			
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none">• Refletir sobre as políticas e os desafios da educação em Direitos Humanos;• Compreender as causas políticas, econômicas e sociais de fenômenos como etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia;• Identificar no currículo a inclusão da diversidade cultural como forma de redução das desigualdades sociais, regionais e locais;• Compreender o desenvolvimento sustentável na perspectiva das dimensões econômica, social, ambiental e cultural;• Aplicar os conhecimentos sobre a Sustentabilidade relacionando com a responsabilidade social das instituições.			
Referências Básicas			

[1] BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; ADESKY, Jacques d'. **Racismo, preconceito e intolerância**. 7. ed. São Paulo: Atual, 2009.

[2] BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília/DF: 2003. Disponível em: <<http://new.netica.org.br/prevencao/cartilha/plano-educdh.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

[3] RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero Arend (orgs.). **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

Referências Complementares

[1] BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

[2] CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**. São Paulo: Cortez, 2013.

[3] LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. 117p. (Coleção Antropologia Social) ISBN 978-85-7110-438-9 (broch.).

[4] PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 230 p. ISBN 978-85-7307-839-8 (broch.).

[5] PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

		<h2>HISTÓRIA DA FÍSICA</h2>	
Código: 52		Carga Horária: 60 h	
Eixo: Conhecimentos Específicos da Física		Pré-requisito: Física Moderna	
<h3>EMENTA</h3>			
<p>A Ciência na Antiguidade. A Física na Idade Média. Desenvolvimentos na Astronomia. As contribuições de Galileu, Bacon, Descartes e Huygens. A Mecânica Newtoniana. Energia, Calor e Entropia. As consequências do desenvolvimento das máquinas térmicas para a Revolução Industrial no século XVIII. Maxwell e a Teoria Eletromagnética. Einstein e as Teorias da Relatividade Restrita e Geral. Caos e Determinismo. A Mecânica Quântica e suas interpretações. Partículas Elementares. O Modelo Padrão e a Teoria das Cordas. A Física Contemporânea. A Física no Brasil.</p>			
<h3>Competências e Habilidades</h3>			
<ul style="list-style-type: none"> • Manter atualizada sua cultura científica geral e sua cultura técnica profissional específica; • Desenvolver uma ética de atuação profissional e a consequente responsabilidade social, compreendendo a Física como conhecimento histórico, desenvolvido em diferentes contextos sócio-políticos, culturais e econômicos; 			

- Compreender a construção histórica e a inter-relação entre os principais conceitos das diversas áreas da Física (como Mecânica, Termodinâmica, Eletromagnetismo, Óptica e Física Moderna) e as implicações dessas inter-relações para o desenvolvimento científico, político e social no contexto nacional e mundial;
- Reconhecer as relações do desenvolvimento da Física com outras áreas do saber, tecnologias e instâncias sociais contemporâneas.

Referências Básicas

[1] - PIRES, ANTONIO S.T. Evolução das Idéias da Física. 2 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

[2] – ROCHA, José Fernando. Origens e evolução das ideias da física. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2002.

[3] - LOPES, José Leite. Uma História da Física no Brasil. 1 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2004.

Referências Complementares

[1] - BEN-DOV, Yoav. Convite à Física. JZE, 1996.

[2] - ROONEY, Anne. A História da Física: da filosofia ao enigma da matéria negra. Tradução da obra The Story of Physics realizada por Maria Lúcia Rosa. São Paulo: Editora M. Books, 2013.

[3] - FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vols. 1, 2 e 3. Porto Alegre: Bookman, 2008.

[4] - ARAGÃO, MARIA JOSÉ. História da Física. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2006.

[5] - MARTINS, Roberto de Andrade e ROSA, Pedro Sérgio. História da Teoria Quântica : a dualidade onda-partícula, de Einstein a De Broglie. 1ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.



INTRODUÇÃO A MECÂNICA QUÂNTICA

Código: 53

Carga Horária: 60 h

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física

Pré-requisito: Álgebra Linear e Física Moderna

EMENTA

A função de onda: a equação de Schrödinger e a interpretação estatística da função de onda. Equação de Schrödinger independente do tempo: estados estacionários, o poço quadrado infinito e a barreira de potencial unidimensionais, o oscilador harmônico e a partícula livre. Formalismo matemático na Mecânica Quântica: espaço de Hilbert, Observáveis, autofunções e autovalores de um operador hermitiano, interpretação estatística generalizada e notação de Dirac. Mecânica Quântica em três dimensões: equação de Schrödinger em coordenadas esféricas, o átomo de Hidrogênio, momento angular e spin.

Competências e Habilidades

- Dominar princípios gerais e fundamentos da física contemporânea;
- Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
- Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados;
- Conhecer e absorver novas técnicas, métodos ou uso de instrumentos, seja em medições, seja em análise de dados teóricos ou experimentais;

- Utilizar as previsões teóricas da Mecânica Quântica para o entendimento de propriedades da matéria reveladas em um nível atômico e molecular;
- Compreender fenômenos quânticos fundamentais, como o tunelamento de barreira e a difração do elétron, e suas implicações para o desenvolvimento de tecnologias contemporâneas.

Referências Básicas

[1] - GRIFFITHS, D. J. Mecânica Quântica. Tradução da 3ª edição original "Introduction to Quantum Mechanics". São Paulo: Editora Pearson, 2011.

[2] - TANNOUJJI, C. C.; DIU, B. and LALÖE, F. Quantum Mechanics. John Wiley & Sons. Vol. 1 France, 1977.

[3] - NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 4. 1ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1998.

Referências Complementares

[1] - BREHM, J.J. e MULLIN, W.J. Introduction to the structure of matter: a course in modern physics. John Wiley & Sons. USA, 1989.

[2] - CARUSO, F. e OGURI, V. Física Moderna: Origens clássicas e fundamentos quânticos. Editora Elsevier. Rio de Janeiro (2006).

[3] - PIZA, A. F. R. T. Mecânica quântica. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

[4] - EISBERG, R. e RESNICK, R. Física Quântica: Átomos, moléculas, sólidos, núcleos e partículas. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

[5] - FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vols. 2 e 3. Porto Alegre: Bookman, 2008.



ELETIVA 2

Código: 54

Carga Horária: 60h

Eixo: Conhecimentos Específicos da Física

Pré-requisito: a definir

EMENTA

A ementa dependerá da componente curricular a ser escolhida, antes do início do período letivo, pelo Colegiado de Curso dentre o rol de disciplinas eletivas 2. **O rol das disciplinas eletivas 2 é voltado à pesquisa em Física.**

Competências e Habilidades

Definidas de acordo com a componente curricular a ser escolhida, antes do início do período letivo, pelo Colegiado de Curso dentre o rol de disciplinas eletivas 2.

Referências Básicas

Definidas de acordo com a componente curricular a ser escolhida, antes do início do período letivo, pelo Colegiado de Curso dentre o rol de disciplinas eletivas 2.

Referências Complementares

Definidas de acordo com a componente curricular a ser escolhida, antes do início do período letivo, pelo Colegiado de Curso dentre o rol de disciplinas eletivas 2.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - TCC II

Código: 55

Carga Horária: 45h

Eixo: Integrador

Pré-requisito: TCC I, Instrumentação para o Ensino Médio e Estágio Supervisionado III

EMENTA

Desenvolvimento da pesquisa. Coleta, sistematização, análise e crítica dos dados. Orientações para elaboração do TCC. Estruturação, redação e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração do TCC. Apresentação do TCC.

Competências e Habilidades

- Desenvolver uma pesquisa com vistas ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Coletar, sistematizar e analisar os dados obtidos na pesquisa;
- Redigir o TCC atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso;
- Apresentar o TCC como requisito parcial para obtenção do diploma.

Referências Básicas

- [1] ANDRADE, M. M. de. **Redação Científica**: elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash, 2007.
- [2] CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- [3] SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Trabalho de conclusão de curso (TCC)**: guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Referências Complementares

- [1] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520 - Citações em Documentos - Apresentação**. Rio de Janeiro, 2002.
- [2] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287 – Projeto de Pesquisa – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2005.
- [3] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023 - Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.
- [4] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724 - Trabalhos Acadêmicos - Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.
- [5] FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Guia do Trabalho Científico**: do projeto à redação final - Monografia, Dissertação e Tese. São Paulo: Contexto, 2011.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Código: 56

Carga Horária: 20h+60h+20h = 100h

Estágio de Regência no Ensino Médio

Pré-requisito: Estágio Supervisionado III

EMENTA

Orientações e fundamentos do estágio. Imersão no contexto profissional tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à regência em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofereçam o Ensino Médio. Vivência do contexto escolar compreendendo o espaço da sala de aula em particular, com vistas a focalizar questões relacionadas ao processo de ensino aprendizagem da área de formação do estagiário, visando à preparação da Regência Compartilhada.

20 h - Elementos da Prática. Planejamento participativo da ação pedagógica no Ensino Médio: Contextualização curricular. Metodologias de ensino, Instrumentos avaliativos e Micro aulas. Flexibilização dos planos em função das aprendizagens dos alunos. Análise de Livros-textos. Diferentes meios de construção do conhecimento e integração de tecnologias. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação: Memorial de Formação.

60 h - Regência compartilhada em escolas públicas e privadas de Ensino Médio. Diferentes meios de ensinar e aprender. Integração dos diferentes tipos de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Promoção e/ou participação de trabalhos em equipes e de exposições à comunidade.

20 h- Organização e estruturação do instrumento de formação profissional: Memorial de Formação. Socialização das experiências do estágio supervisionado IV a partir da sistematização e análise individual.

Competências e Habilidades

- Aprimorar as diferentes competências promovidas nas etapas anteriores;
- Manejar diferentes estratégias de comunicação de conteúdos, sabendo eleger as mais adequadas, considerando a diversidade dos alunos, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos;
- Adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para pesquisar, bem como aplicar diversas formas de ensinar utilizando diferentes fontes e veículos de informação;
- Utilizar os conteúdos básicos relacionados aos temas em estudo que serão objeto da atividade docente, adequando-os às atividades escolares próprias do Ensino Médio;
- Relacionar os conteúdos básicos das áreas de conhecimento com:
 - Fatos, tendências, fenômenos ou movimentos da atualidade;
 - Fatos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos;
- Desenvolver situações didáticas que possibilitem a aprendizagem dos alunos através da utilização dos conhecimentos das áreas a serem ensinadas considerando as especificidades envolvidas;
- Planejar e simular situações didáticas;
- Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de acolhimento, autonomia e confiança com os discentes;
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento dos estudantes.
- Analisar materiais e recursos para utilização didática, possibilitando diversificar as possíveis atividades em diferentes situações;
- Sistematizar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado para socialização da análise individual e coletiva.

Referências Básicas

[1] GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.

[2] LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.

[3] PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

[1] CANDAU, Vera Maria (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 318 p. ISBN 978-85-326-1844-3 (broch.).

[2] CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

[3] GUARNIERI, Maria Regina (org.). **Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência**. 2. ed. Campinas: Autores associados, 89 p. (Polêmicas do nosso tempo; 75) ISBN 85-7496-004-7.

[4] PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

[5] PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 287 p. ISBN 978-85249-1762-2 (broch.).